



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA
PARFOR – PEDAGOGIA 08**

MONICA MACIEL CERQUEIRA

**ORIENTAÇÃO SEXUAL: Concepções e Práticas Pedagógicas dos Docentes
da Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí-PA**

Castanhal – PA

2018

MONICA MACIEL CERQUEIRA

**ORIENTAÇÃO SEXUAL: Concepções e Práticas Pedagógicas dos Docentes
da Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí-PA**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Pará - UFPA, Campus Universitário de Castanhal, como requisito final para a obtenção do Grau de Licenciado Pleno em Pedagogia, sob a orientação da Prof^o Esp. Marinaldo Maia.

Castanhal – PA

2018

MONICA MACIEL CERQUEIRA

ORIENTAÇÃO SEXUAL: Concepções e Práticas Pedagógicas dos Docentes da Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Faculdade de Pedagogia do Campus de Castanhal da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado Pleno em Pedagogia, sob a orientação do professor Esp. Marinaldo Carreira Maia.

Aprovado em: ____ /10/2018

Conceito _____

Banca examinadora:

Prof^o. Esp. Marinaldo Carreira Maia
(Orientador)

Prof^a. Msc. Elizete Lobato de Alexandria
(Banca)

Prof^a. Esp. Terezinha dos Santos Melo
(Banca)

Castanhal – PA

2018

AGRADECIMENTO

Agradeço especialmente a DEUS por ter guiado os meus passos durante toda esta jornada acadêmica de minha formação em Pedagogia.

Aos meus pais, filhos, irmãos e esposo pelo carinho, pela compreensão, por ter acreditado em mim.

Ao nosso orientador Prof. Esp. Marinaldo Carreira Maia, pela paciência, compreensão e dedicação para conosco na construção deste trabalho.

Aos professores que de forma direta ou indiretamente, contribuíram de forma significativa no aguçamento do desenvolvimento de meu potencial no sentido de alcançar o limiar do conhecimento necessário para a conclusão e êxito de meus estudos pela UFPA.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor de meu destino, meu guia, socorro presente na hora da angústia.

Ao meu pai Manoel Maciel e minha mãe Ana Lúcia Santiago Maciel.

A meus filhos, Jackeline Monise Maciel Cerqueira, Jordan Emanuel Maciel Cerqueira e Jadson Augusto Maciel Cerqueira.

A meu esposo João Augusto Araújo Cerqueira, que de forma incondicional contribuiu de maneira especial me ajudando e compreendendo todas as lutas travadas em prol de minha formação acadêmica.

E particularmente, a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse a conclusão de mais uma etapa de minha vida.

EPÍGRAFE

Educação sexual é poder abrir possibilidades, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente informar sobre as suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência. É dar condições para o desenvolvimento contínuo de uma sensibilidade criativa em seu relacionamento pessoal. Uma aula de educação sexual deixaria então de ser apenas um aglomerado de noções estabelecidas de biologia, de psicologia e de moral, que não apanham a sexualidade humana naquilo que lhe pode dar significado e vivência autênticas: a procura mesmo da beleza interpessoal, a criação de um erotismo significativo do amor. Uma educação estética cobriria perfeitamente essa lacuna. Afinal, quando uma educação sexual conseguisse efetuar a passagem de uma motivação pornográfica da sexualidade para uma motivação em que a busca da beleza sensível fosse um estimulante mais poderoso que a obscenidade, ela já teria colocado as bases necessárias para que o indivíduo, daí por diante, resolvesse humanamente sua sexualidade.

Vasconcellos (1973, p.111)

LISTA DE SIGLAS

AIDS	Síndrome da imunodeficiência adquirida
CBES	Círculo Brasileiro de Educação Sexual
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EI	Educação Infantil
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMEIF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNDE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Informação de número e porcentagem referente a função exercida pelo profissional	71
TABELA 2 - Identificação dos Sujeitos da Pesquisa – Gestora.....	71
TABELA 3 - Identificação da Técnica Pedagógica.....	74
TABELA 4 - Caracterização dos professores	77
TABELA 5 - Se sente preparado para atuar junto aos educandos sobre sexualidade em sala de aula	78
TABELA 6 - Já abordou sobre a importância do uso do preservativo com os alunos no combate a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS)	79
TABELA 7 - Você considera que a orientação sexual deve fazer parte da formação do aluno como tema transversal em sala de aula?.....	79
TABELA 8 - O tema sobre orientação sexual para ser desenvolvido em sala de aula, é necessário que o professor receba uma capacitação antes de atuar, junto aos educando?	81
TABELA 9 - Enquanto educador, você considera que a sexualidade é um tema “polêmico”, mas necessário para se trabalhar nas escolas?	82

RESUMO

Este trabalho tem como tema “Orientação Sexual: Concepções e práticas pedagógicas dos docentes da Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí - PA”. Tem como justificativa, pois a temática deve ser trabalhada no processo de ensino e aprendizagem pelos professores, de forma transversal e interdisciplinar. Destacamos como problemática, a ausência de um trabalho na escola que contemple a temática para que os professores possam desenvolver atividades práticas diferenciadas. Têm-se como objetivo geral: Analisar quais os procedimentos e as metodologias utilizadas pelos professores no desenvolvimento do assunto em suas práticas pedagógicas. A pesquisa é do tipo bibliográfica, de caráter qualitativa, onde se levantou dados com o apoio de um questionário, como instrumento de auxílio para a técnica de entrevista semiestruturada. Desenvolvemos no 1º Capítulo: A História da Sexualidade no decorrer dos tempos com os itens: A história da sexualidade no Brasil e A educação sexual no Brasil. No 2º capítulo, se trata sobre a educação sexual na visão da família; refletindo sobre os conceitos e definição de: sexualidade e sexo conceitos e definição de sexualidade Freudiana, Educação sexual na escola como prevenção na gravidez na adolescência; A importância da educação sexual escolar no combate a DST-AIDS e outros mais. Também caracteriza-se a escola, e se apresenta a análise e resultado de dados, subsidiada pelos autores: Adorno (1969), Arruda (2009), Bandura (2008), Baltar (1996), Barroso (1986), Bock (2001), Carlan (2012), Camargo (1999), Costa (2000), Cunha (2006), Domingos (2010), Egypto (2003), Figueiró (2006), Foucault (1988/2015), Freud (1974/1998/2001) e outros. Conclui-se que, diante de tantas mudanças sociais pelas quais estamos vivenciando, a escola precisa ampliar em seus espaços, debates para orientar os alunos e pais, sobre o tema nas mais diversas perspectivas.

Palavras-Chave: Orientação Sexual, Escola, Concepções, Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This work has the theme "Sexual Orientation: Conceptions and pedagogical practices of the teachers of the Gleba Pernambuco Municipal School in Inhangapí - PA". It has as justification, since the theme must be worked in the process of teaching and learning by the teachers, in a transversal and interdisciplinary way. We emphasize as problematic the absence of a work in the school that contemplates the theme so that the teachers can develop different practical activities. The general objective is: To analyze the procedures and methodologies used by teachers in the development of the subject in their pedagogical practices. The research is of the bibliographic type, of qualitative character, where data was collected with the support of a questionnaire, as an aid instrument for the semi-structured interview technique. We develop in the 1st Chapter: The History of Sexuality in the course of time with the items: The history of sexuality in Brazil and Sex education in Brazil. In the second chapter, it deals with the sexual education in the vision of the family; reflecting on the concepts and definition of: sexuality and sex concepts and definition of sexuality Freudian, Sexual education at school as prevention in teenage pregnancy; The importance of school sex education in combating STD-AIDS and others. It is also characterized the school, and presents the analysis and result of data, subsidized by the authors: Adorno (1969), Arruda (2009), Bandura (2008), Baltar (1996), Barroso , Carla (2012), Camargo (1999), Costa (2000), Cunha (2006), Domingos (2010), Egypt (2003), Figueiró (2006), Foucault (1988/2015), Freud) and others. It is concluded that, faced with so many social changes that we are experiencing, the school needs to expand in its spaces, debates to guide the students and parents, on the theme from the most diverse perspectives.

Keywords: Sexual Orientation, School, Conceptions, Pedagogical Practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1º CAPÍTULO	
1. HISTÓRIA DA SEXUALIDADE NO DECORRER DOS TEMPOS	13
1.1. A história da sexualidade no Brasil	21
1.2. A educação sexual no Brasil.....	25
2º CAPÍTULO	
2. A EDUCAÇÃO SEXUAL NA VISÃO DA FAMÍLIA	31
2.1. Conceito e definição de: sexualidade e sexo	33
2.2. A Concepção de sexualidade em Freud.....	36
2.3. Educação sexual na escola como prevenção na gravidez na adolescência.....	39
2.4. A importância da educação sexual escolar no combate a DST-AIDS	44
2.5. O direito da educação sexual na escola a partir dos PCNs e o ECA	45
2.6. Orientação sexual na escola e a formação do professor	47
2.7. O papel do professor na orientação sexual escolar.....	54
2.8. Educação sexual na escola e a participação da família: como superação dos conflitos da educação	58
2.9. Novas perspectivas da educação sexual na escola.....	62
3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	66
4. METODOLOGIA.....	67
5. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS	71
5.1. Análise e Resultado de dados	71
5.2 Como ocorrem as práticas docentes acerca da Orientação Sexual na Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapi-(PA).....	71
CONSIDERAÇÕES	84
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema “ORIENTAÇÃO SEXUAL: concepções e práticas pedagógicas dos docentes da EMEIF Gleba Pernambuco em Inhangapí - PA”.

Desta construção acadêmica consta como objetivo geral: Analisar quais os procedimentos e as metodologias utilizadas pelos professores no desenvolvimento do assunto em suas práticas pedagógicas.

Esta pesquisa se justifica, pois, sabemos da importância de como deve ser repassada a orientação sexual na escola, assim como a temática traz uma reflexão para a formação de professores voltada ao ensino da sexualidade e um novo olhar transversal e interdisciplinar seja adotada pelos profissionais da educação em sala de aula. E, a intensificação do trabalho na prática, por meio de procedimentos pedagógicos adequados, o que leva os alunos a uma maior compreensão do assunto. Conhecer a importância e a contribuição da Educação Sexual para o processo de ensino e aprendizagem, o que impulsionaram e definiram a realização da temática em discussão.

A escolha da temática ocorreu devido às experiências vivenciadas nos contextos das turmas, na qual se observou o quanto às atividades que envolvem o trabalho com o tema, são bem aceitas e dinâmicas nas aulas, pois os alunos têm curiosidades.

Para tanto, uma metodologia baseada em um ensino através dos assuntos transversais sobre a Educação Sexual, pois se acredita que a escola é um dos espaços propícios para se promover tal discursão. Por isso, os professores devem se apropriar de uma proposta bibliográfica de caráter qualitativa, onde se levantará coletas de dados com o apoio de um questionário, como instrumento de auxílio para a técnica de entrevista semiestruturada.

A análise da pesquisa contempla o posicionamento dos professores, da gestora e da equipe técnica pedagógica, uma vez que a temática da sexualidade a ser trabalhada na escola é relevante e significativa na formação do aluno. Sabe-se que o assunto sobre a “Educação Sexual”, é pouco tratado nos contextos escolares, por vários fatores, e isso compromete a aprendizagem do aluno. Um dado ainda marcante é a ausência da atuação do professor nesses assuntos, falta de formação e conhecimento do mesmo sobre como, quando e porque trabalhar esse conteúdo no contexto da realidade dos alunos.

No primeiro capítulo, discutiremos a questão da sexualidade humana, procurando compreender este fenômeno como algo inerente dessa natureza, assim como, entender sua manifestação no decorrer do processo do seu existir, através de um referencial teórico bibliográfico que subsidiará a presente pesquisa, enfocando um breve estudo sobre: A História

da Sexualidade no mundo, assim como, A história da Sexualidade no Brasil e por último, desenvolveremos uma análise bibliográfica fazendo uma breve abordagem sobre A história da Educação Sexual no Brasil, pois acreditamos que só será a partir dessa fundamentação, que poderemos perceber até que ponto o estudo da sexualidade no processo ensino aprendizagem dos alunos da Escola Municipal “Gleba Pernambuco em Inhangapí-PA, poderá contribuir para o desenvolvimento comportamental do aluno.

No segundo capítulo, abordaremos pontos significativos para a relevância do desenvolvimento da orientação sexual na escola como conteúdo importante na formação do aluno no processo ensino aprendizagem. Por isso, para considerarmos tal estudo relevante para o desenvolvimento educacional do aluno como sujeito de desejo e prazer, intrínseco na sexualidade humana, que ao mesmo tempo venha contribuir com o educando no sentido de combater e amenizar os problemas que ainda até hoje vem comprometendo a criança e o adolescente por falta de uma orientação sexual sistematizada e amparada por um currículo escolar, é que destacamos os seguintes itens como: A educação sexual na visão da família, Conceitos e definição de: sexualidade e sexo, Educação sexual na escola como prevenção na gravidez na adolescência, A importância da educação sexual escolar no combate a DST-AIDS, O direito da educação sexual na escola a partir dos PCNs e o ECA, Orientação sexual na escola e a formação do professor, O papel do professor na orientação sexual escolar, Educação sexual na escola e a participação da família.

No terceiro capítulo, é a caracterização da escola, onde se esclarece as particularidades da escola como estrutura e funcionamento.

No quarto capítulo, se apresenta a análise de dados e resultados, onde se discorre como ocorrem às práticas docentes acerca da Orientação Sexual na Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapi-(PA), onde se apresenta os resultados e as discussões a respeito dos dados levantados. É o momento da análise de como ocorrem às práticas docentes acerca da “Orientação Sexual: concepções e práticas pedagógicas dos docentes da EMEIF Gleba Pernambuco em Inhangapí – PA”.

Ainda se descreve a metodologia, com o desenvolvimento do trabalho, incluindo a organização e seleção da escola, os sujeitos que participaram da pesquisa para a coleta dos dados, apresentação do modelo da entrevista aplicada e como estes dados foram trabalhados e analisados.

Finalmente estão apresentadas as considerações finais, e uma reflexão sobre a pesquisa.

CAPITULO I

1. A HISTÓRIA DA SEXUALIDADE NO DECORRER DOS TEMPOS

O surgimento da origem da sexualidade aconteceu por volta do século VII a.C., o qual narrado pelo poeta grego Hesíodo, a sexualidade surge a partir de uma estrondosa divisão na terra causando grande caos e dando início ao aparecimento das forças cósmicas, assim sendo responsável pelo desenvolvimento da população.

A partir das definições de homem, desde a Antiguidade, séculos e séculos antes de Cristo, os homens indagavam sobre si mesmo, Sócrates (a.C. 469-399) deu uma reviravolta no pensamento filosófico grego, onde procurava explicar o mundo balizado nas observações da natureza e colocou a filosofia a serviço da formação do homem. Sócrates concebia o homem composto de dois elementos, dois princípios alma (ou espírito) e corpo.

Neste caso, do sentido de nossa existência à compreensão da sexualidade humana somente percorrendo uma trajetória numa abordagem histórica e cultural, nos levará a construção dessa dimensão da condição humana fundamental que nos acompanha desde o nascimento. Segundo Nunes a colocação sobre a sexualidade é assim expressa:

A análise da evolução histórica e cultural de uma forma dialética permite-nos perceber as diferentes transformações das sociedades humanas do passado e as perspectivas que abrem para o futuro. A categoria fundamental é a do processo. As mesmas categorias permitem relativizar os padrões sociais de normatização da sexualidade bem como compreender sua precariedade e seus interesses, além de evidenciar os mecanismos de controle e constituição da chamada “normalidade” sexual. (NUNES, 1987, p. 52)

Conforme as pesquisas bibliográficas sobre a sexualidade, de acordo com os estudos de Nunes (1987), são cinco etapas de compreensão da sexualidade, relacionando-as ao mundo ocidental e seu andamento histórico. A inicial será a compreensão mítica: A começar, cabe um olhar com lente ampliada, pois as sociedades foram se construindo e caracterizando a sexualidade nesse contexto, o termo mítico aqui apresentado se remete à civilização nos períodos Paleolítico Inferior (30 mil a 10 mil a.C.) e Superior (10 mil a 4 mil a.C.). Nesse período o homem dispunha do seu tempo à caça, pesca, coleta de frutos e raiz, utilizando machados e pedra lascada.

Então, vamos perceber que com o passar dos tempos à relação sexual tornou-se manifestações sociais simbolicamente expressivas dando a caracterização das divisões de papéis do homem e da mulher em uma sociedade, ou seja, passou-se então a ser conhecida

pelas “relações de gêneros” que davam um melhor entendimento na análise do sexo, do biológico ao genérico, chegando ao masculino e o feminino, tendo as possíveis instruções sociais e históricas. (BOCK, 2001, p.180)

Dessa forma, o sexo masculino e o feminino são construções sociais que se desenvolvem de acordo com a historicidade a qual se inserem, mas que também carregam variedades de contradições, que podem ser averiguadas e analisadas no decorrer da passagem dos tempos. Surge daí a concepção de sexualidade que vem trazendo consigo as significâncias dos valores próprios, mesmo sabendo que a sexualidade trata de questões pessoais, ela também aborda conceitos e ideias conjuntas.

O sexo masculino e feminino existe, mas o que realmente são levados em consideração são as reações sociais pertinente em uma sociedade e que, portanto, nos remete para uma reflexão sobre as construções histórico-culturais das pessoas no mundo todo.

A sexualidade na Grécia antiga era privilegiada pelo corpo físico perfeito, o belo que era indispensável e fundamental em suas concepções sociais, daí surgir o conceito Pederastia que permitia o ato sexual entre um homem com um adolescente, de um adulto por uma criança e também homossexualismo. Com todo esse ato na antiguidade tratava-se de jovens que estavam na puberdade onde a beleza era diferenciada e admirada livremente pelos adultos. O objetivo da pederastia na antiguidade não se tratava somente da prática homossexual, mas também o de atribuir os ensinamentos moral, intelectual de um jovem. Para alguns autores essa prática aconteceu por volta do século VI a.c, como descreve Cattoné (1994): “A pederastia helenica parece-me de fato como sendo um dos vestígios mais duráveis da idade média feudal. Sua essência é ser um companheirismo entre guerreiros. A homossexualidade grega é de tipo militar ...”.

Diante das abordagens sobre a sexualidade na Grécia Antiga, os estudos nos mostram que o pensador Platão, instigava a não praticar e resistir seus desejos e paixões para que o mesmo tivesse o autocontrole de si mesmo, ele repudiava a prática da pederastia, pois nem no mundo dos animais havia a prática do outro se unir ao mesmo sexo. Logo, isso estaria indo as leis contrárias da natureza.

A sociedade grega ficou conhecida como uma sociedade escravagista na qual a omissão sexual na vida dos cidadãos representava um insulto e a prática homossexual tornou-se manifestações de autoridade do senhor ao seu escravo. Para os gregos a homossexualidade não representava problemas de personalidade de pessoas do mesmo sexo, mas para eles era natural essa relação afetiva, entre ambos como diz Cattoné (1994): “Aos olhos dos gregos,

nada é mais belo do que o afebo e nada é mais nobre que o sentimento que se dedica a uma pessoa tão bela”.

Entende-se que a essência da sexualidade era aflorada e não existiam barreiras para impedimento no expressar desejos e praticar o ato sexual com qualquer um dos dois sexos. Nas palavras de Catonné (1994): “Na Antiguidade tem-se um apetite sexual que só satisfaz indistintamente com os dois sexos. O que importa não é uma identidade ou uma diferença de sexo, mas uma relação de afetividade ou de passividade”.

O ato sexual entre duas mulheres conhecido como o (lesbianismo) pode ter iniciado por causa de muitos esposos fazerem parte do exército e passavam muito tempo ausentes, e por serem tratadas como um ser inferior que só tinham uma única utilidade a reprodução humana, daí se apegavam umas nas outras surgindo o sentimento de solidariedade entre as mulheres, ou seja, aflorando o amor homossexual. Porém, o que prevaleceu nesta época foi que a mulher deveria assumir o papel de esposa reservada unicamente ao homem.

Faz-se necessário ressaltar que a sexualidade Romana não é diferente da Grécia, tinham alguns costumes exceto, por causa de certas adequações que os romanos expressavam, a bissexualidade permanecia em foco e os parceiros ativos deveria ser um escravo. O casamento era visto de outra forma entre um homem e uma mulher, ambos podiam desfazer a união que era informal quando se estava insatisfeito. Isso poderia acontecer até mesmo por causa do enfado do marido, infertilidade, ao envelhecimento da esposa. O maior objetivo e interesse em um casamento na sociedade romana eram os dotes.

Enquanto que no período republicano em meados do império romano o que prevalecia segundo as regras morais na sociedade seriam: ao cidadão casar-se, a esposa era um instrumento imprestável e podia se reavê-la desde que houvesse consenso entre os dois. O homem de bem só fazia amor com o objetivo da procriação e passava a respeitar a esposa que ascenderia na ordem social.

Sendo assim, podemos perceber que a orientação sexual no final do império romano levava a heterossexualidade por caminhos que eternizasse a raça sem deixar de praticar a bissexualidade, mas a igreja cristã passou a defender outros conceitos que, seria o principal responsável por essa ruptura e a construção de uma nova moral. Pregada pelos padres da igreja primitiva era, muito severa e rígida, a vida íntima dos romanos passou ser observada, vigiada e qualquer falha eram punidos.

Quando procuramos compreender a história da sexualidade na idade média a mesma nos mostra que esta sofreu muitas influências por parte da igreja católicas no que diz respeito relações amorosas, conjugais e sexuais que tinham como meta o enquadramento das pessoas

por meio da lei de Deus, qual deveriam cumprir rigorosamente. Na era medieval por volta do século V d.c, podemos dizer que aconteceu uma revolução no processo de produção, ou seja, entre o primitivo e o antigo, caracterizando como, ordem feudal que se expandiu por toda Europa.

Os estudos nos têm mostrados que desde os primórdios a prática da sexualidade fazia parte do cotidiano de homens e mulheres, e cada um tinha suas especificidades definidas com um único pensamento a “reprodução” e a satisfação de seus desejos.

Para a sociedade romana, a sexualidade era vista como uma prática natural e de muita importância para formação de seus indivíduos que defendiam como algo essencialmente ligado a vida do ser humano, ao contrário do cristianismo que debatia o sexo como algo sujo e proibido. Sua cultura e a religião, não tinham poder de influência alguma diante do comportamento que as pessoas exerciam naquela época, pois o maior incentivo vinha por meio de seus deuses que representavam esculturas assexuadas. Por isso, Revelavam não ser uma coisa vergonhosa ou suja e deixavam bem explícitos o tamanho do pênis ereto, os seios entre outros expressando sentimento de desejo.

Sendo assim, é de conhecimento dos estudiosos que a sexualidade romana deixou evidências para sociedade que atualmente ainda reflete nas atitudes e ações das pessoas mesmo que não haja registro que comprove esses fatos. No século XVII ao XX percebemos a marca do desenvolvimento político e cultural tendo como finalidade ao crescimento histórico da sexualidade humana baseado na obra de Michel Foucault, História da Sexualidade. A obra fala da sexualidade humana como uma forma de que a sexualidade tem uma ligação profunda com o ser humano e com isso não existe possibilidade de ignorá-lo principalmente para quem buscava o prazer com finalidade de alcançar um determinado método que não fizesse parte da sexualidade burguesa.

Outro acontecimento marcante foi no campo educacional por volta do século XIV que buscava desenvolver maneiras para trabalhar pelas crianças e adolescentes considerando assunto sobre a sexualidade como algo perigoso, o qual trazia medo, insegurança e inquietações, mas que não deixava de procurar saber.

Nesse mesmo período, o Renascimento pode ser traduzido como a nova visão de mundo crítica e racional capaz de contrastar com os dogmas da Igreja. Foi o movimento que instituiu para verdade Teocêntrica o Antropocentrismo, para verdade Geocêntrica o

Heliocentrismo, como subsídio de uma nova organização do pensamento, mesmo diante das condenações do Index¹.

No Renascimento, as ações humanas passaram a ser guiadas pelo método científico, começa a haver uma maior preocupação com a liberdade do ser humano e a concepção de corpo é consequência disso. O avanço científico e técnico produziram nos indivíduos do período moderno, um apreço sobre o uso da razão científica como única forma de conhecimento. (PELEGRINI, 2006)

O corpo, agora sob um olhar “científico”, serviu de objeto de estudos e experiências. Passa-se do teocentrismo ao antropocentrismo. O conhecimento científico, a matemática, enfim, o ideal renascentista: O corpo investigado, descrito e analisado, o corpo anatómico e biomecânico. (GAYA, 2005)

A disciplina e controle corporal eram preceitos básicos. Todas as atividades físicas eram prescritas por um sistema de regras rígidas, visando à saúde corporal. Agora, com o declínio final dos sacerdotes que condenavam a vida na terra, vemos a sua redenção. Um neopaganismo ressurgiu e a carne intensa, ativa, ainda carregando cicatrizes do estigma, volta a ser soberana, quer mostrar-se. A obtenção do corpo sadio dominava o indivíduo: a prática física domava a vontade, contribuindo para tornar o praticante subserviente ao Estado. (PELEGRINI, 2006)

O dualismo corpo-alma norteava a concepção corporal do período, demonstrando a influência das concepções da antiguidade clássica. Na realidade, o filósofo Descartes parece ter instalado definitivamente a divisão corpo-mente; o homem era constituído por duas substâncias: uma pensante, a alma, a razão e outro material, o corpo, como algo completamente distinto da alma. Mesmo se já se pensasse o ser humano como constituído por um corpo físico e uma outra parte subjetiva, a partir de Descartes essa divisão foi realmente instituída e o físico passou a estar ao serviço da razão.

De fato, no século XVIII, também os ideais iluministas acabaram por acentuar a depreciação do corpo, dissociando-o da alma, retomando a dicotomia corpo-alma, arquitetada na antiguidade clássica. O pensamento iluminista negou a vivência sensorial e corporal, atribuindo ao corpo um plano inferior. Paralelamente, as necessidades de manipulação e domínio do corpo concorreram para a delimitação do Homem como ser moldável e passível de exploração. O corpo passa a servir a razão.

¹ Index: foi uma lista contendo publicações proibidas pela Igreja Católica (Index Librorum Prohibitorum). O Objetivo era evitar a leitura de determinadas obras que incitavam a contestação de dogmas cristãos. O Index foi criado em 1559 e extinto somente em 1966.

Nessa sequência de fatos, uma nova e mais rígida moralidade se desenvolveu. Em primeiro lugar, o Iluminismo defendeu uma moral muito parecida com a cristã. Em seguida, na França, Napoleão Bonaparte impôs um espírito patriarcal, no qual a honra familiar passava pela autoridade soberana do pai. Assim sendo, durante o século XIX a família passou a ser, então, o exemplo das virtudes burguesas e a principal cooperadora nos interesses econômicos, uma vez que era a base para os negócios e detentora de uma política de casamentos como estratégia comercial. Com o passar do tempo, esse modelo de sociedade se expandiu para além do grupo social burguês, atingindo também os empregados e outros subalternos cujas vidas giravam em torno da família patriarcal burguesa.

Nessa linha de acontecimentos históricos, a sensibilidade e a sexualidade passaram por um processo de educação tão severo que foram banidas do espaço público e confinadas na intimidade das casas e no interior das almas. Noções de higiene começaram, então, a aprisionar o corpo de boas-maneyras e a censurar os sentidos. Os hábitos alimentares, que eram praticados em grupos, ou seja, comia-se e bebia-se em vasilhames comuns, passaram a ser individualizados. Arrostar, defecar, urinar, cuspir no chão, por exemplo, foram sendo confinados em espaços cada vez mais restritos. O sexo passou a ser, também, uma questão cada vez mais íntima e, em seguida, proibido fora das leis do casamento. Criavam-se normas e exigências que jamais poderiam ser cumpridas, forçando-se, então, o aparecimento de uma realidade paralela.

Quanto mais, porém, as regras sociais baniam o sexo, os afetos e as paixões do espaço público, mais força esses sentimentos ganhavam no espaço privado, legal ou não. Dentro das casas, abençoada pela Igreja e legalizado pelo Estado ou sob o manto da imoralidade nas ruas e nos bordéis, uma sexualidade lúbrica impunha a sua presença. Durante os três séculos da Idade Moderna, criou-se e viveu-se sob o signo da dissimulação e da aparência até que as paixões rebeladas clamaram novamente pelo seu lugar no espaço social.

As artes, como não poderiam deixar de ser, atestaram essa transformação, ou melhor, a rebeldia das paixões ao patrulhamento socioeconômico do período. No final do século XVIII, então, promoveram uma rebelião renovadora e apresentaram ao cidadão comum aquilo que havia sido proscrito do espaço público e da convivência social. O que havia sido relegado aos porões da alma humana retornava com toda a força, impondo-se novamente às consciências resignadas e entorpecidas. Esse movimento artístico renovador ficou conhecido como Romantismo.

Dessa forma surgiam o controle e delimitação na vida dos adolescentes, esses reflexos deixaram vestígios do século XVII ao século XIX quando reconheciam de fundamental

importância o sexo na vida da pessoa. O ser humano busca por si próprio conhecimento para sua vida e possibilidade que conduzam a caminhos de desenvolvimento.

Sendo assim, consideramos que o século XX, assistiu, estarecido, ao desenvolvimento da psicanálise, que privilegiou a sexualidade, apresentando-a como o cerne da existência humana. Nas primeiras décadas, a teoria psicanalítica foi fortemente contestada. A sexualidade ainda não havia adquirido notoriedade. Foi necessário quase meio século para que o sexo se tornasse o propulsor de lutas políticas e campanhas oficiais. O século XX foi o século da liberação sexual, do movimento feminista, da descoberta da cura de doenças sexualmente transmissíveis, do surgimento da pílula anticoncepcional, das reivindicações homossexuais e do aparecimento da AIDS. Nas décadas de 60 e 70, os novos métodos contraceptivos desvincularam sexo e procriação.

Como podemos perceber as abordagens acima, nos leva a compreender que no período em discussão o ato sexual poderia destinar-se apenas à busca do prazer erótico. As lutas políticas organizadas pelo movimento feminista reivindicaram maior liberdade sexual para as mulheres, a valorização do prazer feminino, o direito ao divórcio e a igualdade entre os sexos. Muitas conquistas foram alcançadas. A sexualidade tornou-se, de fato, mais livre, ocupou as páginas dos principais jornais, foi tema de inúmeros programas televisivos e apareceu constantemente nas revistas femininas. Foram lançados vários livros de auto-ajuda que apresentavam fórmulas sexuais e mostravam às leitoras o caminho do orgasmo. Foram publicados ainda manuais sexuais que ensinavam as melhores posições para alcançar o prazer.

Como resultado dos avanços e reflexos percebe-se que o orgasmo feminino passou a ser uma obsessão. Muitos sexólogos e psicólogos surgiram para discutir a dificuldade que as mulheres sentiam para obter prazer na relação sexual. Modelos de prática sexual e exercícios eróticos foram inventados para possibilitar o orgasmo. Os especialistas reforçaram a ideia de que era muito difícil alcançar o prazer feminino. Por isso, era necessário conduzir as mulheres até ele. Foram desenvolvidas ainda drogas poderosas capazes de assegurar a ereção masculina e potencializar o sexo. O mercado pornográfico e a indústria de artigos sexuais proliferaram-se, erotizando a vida sexual e transformando o sexo num grande negócio.

Mediante os estudos bibliográficos, os mesmos nos mostram que a sociedade moderna valorizou a potência sexual e o orgasmo genital. Segundo Bruckner e Finkielkraut (1981), a revolução sexual impôs um modelo único de sexualidade e de orgasmo, pautado na genitalidade masculina. O gozo masculino prevaleceu e serviu de referência ao prazer feminino. A liberação sexual produziu uma espécie de tirania, visto que definiu um padrão único de erotismo. A sexualidade ficou padronizada. A ordem genital masculina é, portanto,

hegemônica. Os sexólogos e médicos apresentam a ejaculação, o orgasmo “visível”, como o protótipo do prazer. A indústria farmacêutica, atenta às demandas do mercado, desenvolve receitas e medicamentos que potencializam o orgasmo e garantem o melhor desempenho sexual possível. O corpo torna-se máquina de gerar prazer. A “ditadura” do orgasmo se instaura. Mais importante que o sexo é o gozo que dele resulta. O orgasmo passou a ser obrigatório. Homens e mulheres foram obrigados a alcançar um prazer pré-fabricado, programado e racionalizado pelas ciências sexuais. “Padecemos hoje do dever do gozo genital, da coação da eficácia hedônica compreendida em termos de ereção/ejaculação permanentes”. (BRUCKNER; FINKIELKRAUT, 1981, p. 9)

A sociedade atual encontra-se na era do monopólio do orgasmo, do “sexo de resultados” e do mercado da sexualidade. A imposição do prazer parece gerar insatisfação e a tirania do gozo continua enclausurando o desejo.

Como resultado dos avanços e contraposição para a liberdade sexual e a retomada da tão chamada moral sexual, temos o surgimento da AIDS contribuiu para gerar reações de resistência à liberalização da sexualidade. Acreditava-se que a nova doença decorria da anarquia sexual e do colapso dos valores morais. Profetas do apocalipse definiam o final do século XX como um período de horror, marcado pela falência da instituição familiar, pela ruína da religião e pela instauração do caos sexual com a revolução proclamada pelos movimentos feministas e homossexuais. Uma forte reação de moralização revitalizou a família e fortaleceu os códigos de decência.

Diante do caos sexual instalado no mundo, as epidemias de doenças venéreas são a forma apocalíptica de anarquia sexual, e a sífilis e a AIDS ocuparam posições semelhantes nos finais dos séculos XIX e XX como doenças que parecem resultar de transgressões sexuais e que geraram pânico moral. Ambas as doenças deram margem a campanhas de castidade sexual e social e caracterizaram o recuo na liberalização das atitudes sexuais. (SHOWALTER, 1993, p. 245)

Como resultado e reflexo das epidemias sexuais surge às campanhas pró-abstinência sexual, que ganharam fôlego nos Estados Unidos em virtude do crescimento dos casos de AIDS e de gravidez entre adolescentes. O sexo é apresentado como um perigo que causa doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce. Só é possível estar protegido dele não o praticando. A continência tornou-se caso de saúde pública e política de governo, ditada por preceitos evangélicos. Na era dos movimentos pentecostais, a AIDS passou a ser um castigo divino, do qual só é possível livrar-se através do repúdio às práticas sexuais. Os líderes evangélicos participam dos programas de governo pela preservação da virgindade.

Em relação, aos acontecimentos que envolveram a problemática da sexualidade nos últimos anos da história da humanidade, percebemos que para tentar mudar ou frear o comportamento sexual no final do século XX, surgem as associações, organizações e movimentos sociais que se unem em prol da continência sexual. Alguns grupos produzem “anéis de castidade” e camisetas que estampam a frase: “abstinência, a nova revolução sexual”. Eles organizam passeatas e fazem eventos para atrair novos adeptos, divulgando mensagens alarmistas que disseminam o pavor e veiculam informações falsas para aumentar o medo em relação ao sexo. Afirmam que os métodos contraceptivos não são eficazes, que a atividade sexual sempre produz efeitos devastadores para o organismo e que o vírus HIV pode ser transmitido pelo suor ou lágrimas.

Portanto, podemos perceber que a questão da sexualidade do decorrer da história da humanidade e os diversos tipos de preconceitos e discriminações que ainda vem enfrentando, de acordo com cada período ou sociedade, são reflexos da falta e da ausência de informações científicas, uma das características mais danosas do movimento é que leva a política do medo até ao quarto das pessoas. Fora os riscos de não usar contraceptivos, o que acontecerá com uma geração que tem medo da sua sexualidade?. (LOBO; ATHAYDE, 2005, p. 17)

1.1. A história da sexualidade no Brasil

A sexualidade em solo brasileiro era como na Europa, pertencia ao mundo feminino e, o trabalho, ao mundo masculino. O apetite sexual descrito pelos cronistas, todos religiosos, comparava o desejo antropofágico das velhas índias com os piores atributos de Eva. (RAMINELLI, 2004)

A Educação Sexual, no Brasil, em seus aspectos históricos, políticos e institucionais justifica a necessidade de buscarmos caminhos para a produção social de uma sexualidade responsável, autônoma e libertária, uma educação sexual emancipatória. O mito e o tabu de uma sexualidade velada estão presentes nas representações contemporâneas das sociedades ocidentais e igualmente na cultura do povo brasileiro. A ocidentalidade criou um modo de ser e pensar o sexo e a sexualidade baseada numa cultura cristã e construiu uma “scientia sexualis”, ou seja, uma ciência sexual, determinada pela vontade de tudo saber sobre sexo para melhor controlá-lo. (FOUCAULT, 2015)

Nossa cultura ocidental, conforme referimos, não cultivou a arte erótica; mais do que isso, desconsiderou as culturas que, de alguma maneira, em sua originalidade, lidavam com a sexualidade de forma prazerosa e sem repressão.

Nossa civilização, pelo menos, à primeira vista, não possui ares erótica. Em compensação é a única, sem dúvida, a praticar uma *scientia sexualis*. Ou melhor, só a nossa desenvolveu, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que se ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão. (FOUCAULT, 2015, p. 57-58)

Este aspecto traduz exatamente o processo que inspirou nossa “primeira educação sexual” com a chegada do português europeu ao Brasil colonial.

Em *História e Sexualidade no Brasil*, uma obra de historiadores, organizada por Vainfas (1989), encontramos uma rica abordagem das ideias e comportamentos no campo sexual e familiar do passado brasileiro, do século XVI ao início do século XX. Tal obra discorre sobre os primeiros tempos da colônia, que foram marcados por uma sexualidade “sem limites”, tempo no qual a “luxúria” estava presente.

Foucault, em sua obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber* (2015), afirma que o homem ocidental tornou-se um animal confidente. Na obra: *Os anormais* – (2002), apresenta uma genealogia do homem de desejo a partir da confissão cristã. O sentido do confessar para o autor, nessas obras, apresenta-se como uma crítica às ciências humanas, em especial, à psicologia de abordagem psicanalítica, por fazerem uso da confissão como estratégia fundamental de controle, classificarem o desejo (sexual) como conteúdo privilegiado e, ainda, fomentarem a produção de verdades relativas ao indivíduo como um objetivo a ser alcançado. Defendemos a ideia de que nessas e noutras obras publicadas entre os anos 70 e 80, a verdade das ciências humanas constitui-se a partir dos efeitos de verdade advindos de relações de poder que, ao mesmo tempo em que admitem e qualificam alguns discursos como verdadeiros, rejeitam e desqualificam outros tantos como falsos. E isso se deve ao fato do objeto dessas ciências tratar do indivíduo historicamente constituído.

Ainda, referindo-nos à sexualidade, no Brasil-colônia, registramos a presença de uma ideologia negativista do sexo conjugada com a ausência de um conhecimento científico, o que justifica a presença das explicações sobrenaturais. Na mentalidade popular, curavam-se com poções mágicas e invocação divina, tudo que originava ou derivava do corpo humano detinha poderes. Era, portanto, uma ética cristã que legitimava o amor e a sexualidade no Brasil/colônia, manifestando-se tanto na vertente culta quanto na popular.

No período da escravatura, a homossexualidade era condenada como crime, pecado e anormalidade. Através da inquisição, o poder clerical processou alguns casos de negros sodomitas. Os relatos apresentados são episódios de amor, paixão, sexo, violência, tortura e morte. Dessa forma, é possível inferir que a discriminação contra os homossexuais estava

presente na época, o que confirma, mais uma vez, o quanto tal discriminação é antiga e esteve sempre acompanhada pelo poder da Igreja.

No século XVI, com a crise institucional da Igreja e com os desvios da moral católica, o objetivo da contra reforma era o de cuidar dos “desviantes” da fé, incluindo também o plano moral, familiar e sexual. As tarefas do inquisidor eram: zelar pela indissolubilidade do casamento monogâmico, pela primazia de valores como a castidade, sobretudo do clero, e pela limitação do sexo à cópula pro criativa dos esposos.

O Brasil conheceu a inquisição, durante todo período colonial, através do Santo Ofício, que ativava o processo de delação, para que todos se sentissem no dever de atender ao apelo do inquisidor. Delatava-se por moralismo, por ciúme, por vingança ou também por medo. Os inquisidores praticavam uma espécie de “pedagogia do medo”, através da qual obtinham arrependimentos (confissões) e vigilância (delações), introduzindo uma autêntica mentalidade inquisitorial no corpo da sociedade, provocando um exame de consciência coletivo e uma prática acusatória capaz de superpor a moral católica às moralidades coloniais e aos desejos individuais.

Neste caso, se partirmos do pressuposto de que a educação sexual é toda educação que o indivíduo recebe desde o nascimento, primeiramente, no âmbito familiar, como concepções valores e normas sexuais e que se expande em outros grupos sociais de maneira contínua e decorrente de processos culturais, podemos afirmar que a educação sexual no Brasil existe desde o período colonial.

Na estrutura da sociedade imperial e republicana brasileira, o século XIX caracterizou-se pela influência da ideologia positivista, que estava na base dos movimentos republicanos e na constituição jurídica do Estado brasileiro. Assim, estabeleceu-se uma visão cientificista da corporeidade e da sexualidade humana, situada no campo da ciência médica e da biologia com caráter higienista, vista como necessária ao desenvolvimento urbano e civilizatório da sociedade brasileira e que se estendeu da república até a década de 1920.

Como nos referimos anteriormente, *A História e Sexualidade no Brasil* é uma obra que desvenda os poderes da Igreja, da medicina e da justiça que sufocam, punem e reprimem os desejos e os prazeres do homem. Apresenta as inúmeras estratégias de poder, utilizadas em nossa cultura na construção de uma sexualidade cheia de culpa, tabus e preconceitos. Nesse palco, a Igreja apresenta-se como dominadora e castradora até os dias de hoje. Os discursos mudam suas formas, mas o objetivo permanece o mesmo: reprimir a sexualidade, mantendo o sexo somente para procriação.

Nesse contexto, é importante destacar o que nos diz a autora: “Nascemos todos seres

sexuais; no bebê a sexualidade é tão espontânea como a capacidade de sugar o seio materno ou a mamadeira e mais tarde, andar e falar”. (SUPLICY, 1999. p.18)

De acordo com as pesquisas bibliográficas sobre a questão da temática, A História da Sexualidade no Brasil tomamos como referência, o pensamento de Chies (2004), o qual explica que desde o nascimento a criança recebe estímulos e a sexualidade age de modo oculto direcionando as estruturas de personalidade do indivíduo até que ele chegue à fase adulta. Esses estímulos podem vir de várias formas, mas sabe-se que a mídia influi e interfere muito na sexualidade, seja, pelas novelas, músicas, danças, etc.. Bandura (2008) afirma que em seu estudo sobre a aprendizagem social, o comportamento de um indivíduo se modifica a partir da observação do comportamento do outro (modelo), ou seja, a auto regulação e que este modelo pode ser da “vida real” (carne e osso) ou “simbólico” (filmes, novelas, músicas, etc.), “Bandura demonstrou que as pessoas aprendem simplesmente olhando o que o modelo faz [...]”. (BANDURA, 2008, p.71)

De acordo com a proposta de Bandura (2008), percebe-se que muitos comportamentos presentes nas crianças podem vir de “imitação” ou por plena satisfação por fazê-los. De acordo com a teoria social cognitiva, muitos dos comportamentos apresentados pelas crianças são provenientes da modelação.

[...] entende-se por modelação o processo de aquisição de comportamentos a partir de modelos, seja este programado ou incidental. Também se nomeia como modelação a técnica de modificação de comportamento com o uso de modelos. (BANDURA, 2008, p. 124)

No que se refere às crianças os estudos mostram que nem sempre foram compreendidas da maneira como são hoje, Nunes e Silva (2006) explicam que a criança foi tratada de diferentes maneiras a partir dos diferentes períodos e lugares da história. Era concebida ora como ser assexuado e sem identidade, ora por inocência e pureza, ora se misturava em meio aos adultos como se os fosse também. Segundo eles, a concepção de infância está ligada a cada momento histórico, ao contexto social.

[...] a concepção de infância sempre esteve ligada aos modelos de sociedade [...]. Em diferentes períodos históricos e em controversas formas de organizar a vida econômica e social prevaleceram distintas concepções sobre o mundo infantil. (NUNES e SILVA, 2006. p. 18)

Para melhor compreendermos as abordagens acima a respeito da sexualidade e sua relação com o comportamento sociocultural que vem influenciando o ser humano no seu agir frente a cada época e período de seu processo histórico e sua relação com o Brasil,

ressaltamos o posicionamento de Camargo e Ribeiro (1999, p.20) os quais explicam que no Brasil, de 1500 até a virada do século XIX, o pai era a figura principal e extremamente importante para família e obtinha a submissão dos outros membros do grupo para cumprir seu papel, desta maneira os filhos eram submetidos à soberania do pai e regiam passivamente aos castigos físicos impostos, assim, a criança era apenas um ‘acessório’ e incapaz. As autoras continuam descrevendo (p.21) que com o advento das ciências humanas e biológicas, o ser humano passou a ser objeto de estudo e esse fato permitiu que se especificassem características próprias da infância, o que permitiu modificações na organização familiar, nas ideias sobre a concepção de criança e na prática escolar.

No Brasil, nas últimas décadas do século XIX, o espaço familiar e a escola se transformaram em ambientes de formação dos filhos por meio da educação de seus corpos e, principalmente, de uma educação do sexo, que passava pelo não-dito, pelo falar o mínimo possível e pelo controle do que era falado, de quem falava e o que se falava. (CAMARGO e RIBEIRO, 1999, p.24)

Nunes e Silva (2006, p. 33) explicam sobre como a concepção de sexualidade segue o modelo social e que a maneira como a sexualidade é concebida varia de acordo com a sociedade, cultura, momento histórico.

A investigação sobre como a sexualidade se constituiu de maneira específica e em diferentes épocas históricas, Nunes (1996), através de uma incursão na pesquisa de Foucault (1926-1984), por acreditar que suas categorias fornecem elementos que permitem visualizar as conformações históricas das práticas e dos discursos sobre sexualidade e apontam possibilidades de comparações metodológicas, considerou que, o pensamento de Foucault provocou uma profunda transformação nas bases de análise do poder nas sociedades atuais.

Prosseguindo nesta importante interlocução, destacamos que Nunes (1996) chama atenção para a importância do contexto na compreensão das propostas de educação sexual vigentes. É importante compreendermos que as propostas de educação sexual, no campo escolar e em outras organizações sociais, são concebidas de maneira específica e determinadas em função de cada momento e contexto sócio-histórico-político-econômico.

1.2. A Educação Sexual no Brasil

Para abordarmos a temática que envolve A Educação Sexual no Brasil, partiremos do princípio que a sociedade brasileira, no que se refere a formação educacional e comportamental familiar, bem como outras questões que envolvem padrões morais da época,

uma vez que predominou sob a família brasileira o modelo de casta social oriunda da influência portuguesa em nossa colonização, tanto que os estudos mostram a sexualidade dentro do casamento não se deu de forma muito diferente da que aconteceu na Europa.

Por isso, segundo Goldberg (1984), no Brasil-colônia a Igreja Católica, para combater o concubinato (forma de união predominante nas camadas rurais e populares), defende a família patriarcal, como o principal modelo de poder na organização familiar, em que só se admitia o desejo e o prazer sexual do homem fora do lar com prostitutas ou mulheres pobres (brancas, negras, índias e mestiças), por isso elas se tornavam a companheira sexual preferida para o homem branco e também para a iniciação sexual dos meninos.

A esposa, geralmente portuguesa ou espanhola, tinha uma posição social de destaque, mas, estava confinada a um mundo anti-sexual. A sexualidade para ela resumia-se à reprodução da raça e essa era a educação passada de mãe para filha. Segundo a autora, o Brasil tornou-se uma República, mas a diferenciação não desapareceu, principalmente nas grandes cidades onde o maior contingente de mulheres para o prazer sexual é proveniente das classes pobres, mostrando que as raízes classistas e raciais não desapareceram.

Sendo assim, para Parker (1991), o patriarcalismo no Brasil não foi simplesmente uma forma de organização familiar e social, foi também uma construção ideológica, onde os conceitos de homem e mulher foram definidos em termos de oposição; o homem como um ser forte, superior, ativo, viril e com potencial para violência; e, em contrapartida, a mulher como um ser inferior em todos os sentidos: mais fraca, dócil, bela e desejada, mas de qualquer forma, e em qualquer posição social, sujeita à absoluta dominação masculina.

Ainda para o citado autor, “Essa extrema diferenciação carregava consigo um dualismo moral explícito, que contribuiu para legitimar e reforçar a ordem aparentemente natural de hierarquia de gênero” (p.58). Esse legado patriarcal continua a afetar o pensamento brasileiro e a maneira como os homens de hoje visualizam seu meio social.

Por outro lado, Conceição (1988) afirma que, tanto para homens como para mulheres, a educação sexual sempre foi ostensivamente repressora. As regras sociais vigentes só aceitavam, para os jovens, o exercício da sexualidade dentro do matrimônio e mesmo assim limitado à reprodução.

Esse esquema se manteve estável até meados da década de 50, quando se desencadeou, na Europa, o “movimento beat” com reflexos no Brasil. Esse movimento, representando uma contestação dos jovens ao modelo social vigente, trazia em seu bojo a “revolução sexual”, pregando uma nova concepção de sexo desvinculado de compromisso, o uso de drogas e novos hábitos de vestir e falar.

Segundo a autora, esse movimento trouxe a oportunidade para que o homem avaliasse seu comportamento sexual e repensasse a opressão que vinha vivendo há várias gerações.

Se fizermos um recorte histórico, a partir das incursões da ciência, teremos que situar o início da História da Educação Sexual Brasileira, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, período no qual sacerdotes, médicos e educadores demonstraram interesse por questões ligadas à sexualidade e à educação sexual.

Em 5 de julho de 1933, Albuquerque fundou o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES), na cidade do Rio de Janeiro, reunindo interessados no estudo e na divulgação de questões ligadas à sexualidade e educação sexual. Foi editor do Boletim de Educação Sexual, de 1933 a 1939, jornal informativo e de circulação nacional. Também constam informações de que o autor participou da organização da I Semana de Educação Sexual, em 1934, no Rio de Janeiro, e da Semana Paulista de Educação Sexual, em 1935, realizada em São Paulo. Idealizou o Museu de Pinacoteca de Educação Sexual no CBES, que colocava à mostra peças e quadros com temáticas de sexo e educação sexual, visando despertar o interesse do público para essas questões.

No dia 20 de novembro de 1935, Albuquerque instituiu o Dia do Sexo, comemorado pela CBES através de uma conferência intitulada: “Divagações Sexológicas” e da execução, em diversas rádios, do “Hino à Educação Sexual”, escrito por Albuquerque e que foi gravado pela RCA Victor. As obras de Albuquerque, no princípio do século, marcam o início das preocupações com a Educação Sexual no Brasil, numa perspectiva higienista e médica. O maior objetivo era o combate à masturbação, às doenças venéreas e preparar as mulheres para serem esposas e mães, até mesmo porque as incursões na saúde pública buscavam assegurar a reprodução da espécie.

No ano de 1936, o CBES lançou um concurso para o melhor livro de Educação Sexual³² escrito naquele ano. No ano de 1939, venceu Ignez Mariz, com o livro: “Educação Sexual: a que leva a curiosidade infantil insatisfeita”, editado em 1940. Nesta mesma década, o Colégio Batista, no Rio de Janeiro, fez a tentativa de implantar uma Educação Sexual de caráter religioso.

Estudos bibliográficos como os de Ribeiro e Reis (2003) consideram Albuquerque (1928, 1929, 1930, 1934, 1935a, 1935b, 1936, 1937, 1938, 1940, 1941 e 1958) um dos pioneiros da educação sexual no Brasil, principalmente pela aceitação social dos trabalhos do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, que se constituiu num espaço para se tratar, abordar o sexo e desenvolver ações educativas de natureza sexual, nas primeiras décadas do século XX.

O período compreendido entre as décadas de 1920 e 1930 apresenta um cenário de inúmeras reivindicações sobre a instrução sexual dos jovens na escola, mas não configura um aporte documental historiográfico importante e disponível. A referência de pesquisa mais considerada para uma abordagem histórica da Educação Sexual no Brasil ainda continua sendo o trabalho de SUSAN BESSE, conforme nos relata VIDAL apud SOUZA (1998, p.57): ‘Alguns estudos sobre educação Sexual no Brasil, hoje ressentindo-se da falta de pesquisa histórica, ao abordar os primeiros anos da República, limitam-se a citar as informações contidas na tese de Doutorado de Susan BESSE (1983) e numa matéria publicada no Jornal do Brasil , em novembro de 1972, e encerram o período em, no máximo, três parágrafos, pulando rapidamente para os anos 60, onde identificam o início de um significativo debate sobre Educação Sexual. (SILVA, 2001, p. 28)

O período de 1930 aos anos 1950 caracteriza-se por não haver iniciativas institucionais e jurídicas de promoção da educação sexual. A sexualidade era abordada de maneira parcial e em caráter religioso-confessional, apregoando uma moral doutrinária em defesa do casamento, da virgindade, do patriarcalismo e das instituições sociais dominantes. “A abordagem que as instituições dominantes, a Igreja, a escola, o governo fizeram das mudanças conjunturais vividas pelo Brasil foi sempre marcada por uma análise moralista de fundamentação psicossocial e nunca crítica ou social-dialética”. (NUNES, 1996, p. 123)

De 1954 em diante, os Estados tinham autonomia jurídica para ministrar instruções sexuais aos meninos ao final do 4º ano primário. Entretanto, a educação sexual era vista como uma questão familiar ou, no máximo, médico-higiênica, o que nos permite afirmar a ausência de uma abordagem educacional da sexualidade na estrutura curricular ou escolar brasileira até esse contexto.

Tudo indica que o período de ascensão da educação sexual no Brasil deu-se entre os anos 1960 e 1964, quando, em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, alguns colégios iniciaram programas junto aos alunos, mais tarde, interrompidos pelo golpe militar de 1964.

Um exemplo foi o Colégio Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, que era referência de escola secundária no país. Os programas curriculares estavam voltados para uma concepção médico-higienista de educação sexual, com ênfase no conhecimento de anatomia e fisiologia do corpo, em especial dos órgãos genitais masculinos e femininos e funções glandulares. Tudo abordado de “[...] maneira fria e formal, numa linguagem científica estrita desprovida de uma interpretação ética ou sociológica”. (NUNES, 1996, p. 124)

Mas é na década de 60, segundo Sales (1988), que dentre o movimentos começa a tomar vulto, o “movimento hippie”, que surgiu como uma grande esperança de derrubada de muitos mitos políticos, culturais, sociais e entre eles os sexuais, como o da virgindade e da superioridade masculina. Novos conceitos começam a ser discutidos como o direito ao prazer sem restrição, a liberação sexual da mulher através da pílula anticoncepcional e a produção,

em larga escala, de revistas pornográficas.

Segundo Conceição (1988), vários estudos sobre sexualidade foram iniciados mostrando que a sociedade vigente desvinculava o sexo da natureza humana. O homem, apesar de acreditar no seu direito de buscar o prazer e o seu exercício pleno, vivia em conflito entre esses ideais de liberdade e uma educação sexual rígida da qual era fruto.

O exercício da sexualidade por homens que foram educados sob-repressão, não lhes dava liberdade e nem sempre trazia benefícios, podendo mesmo haver prejuízos e, cita como exemplos mais relevantes dessa situação o uso do sexo para agredir o sistema, o sexo com finalidades econômicas, além de sua exploração e vulgarização pelos meios de comunicação de massa.

Convém salientar que, antes dos anos de 1970, além da escassez de fontes historiográficas e da dificuldade de periodização da Educação Sexual no Brasil, não encontramos homogeneidade nos estudos dessa natureza, tampouco iniciativas oficiais que viabilizassem uma educação sexual institucionalizada. Autores como Nunes (1996) e Silva (2001) produzem tais informações em suas teses de doutoramento.

Por isso, algumas iniciativas de implantação de uma educação sexual deram-se apenas através de experiências particulares e inspiradas na revolução sexual que acontecia nos países da Europa e nos Estados Unidos e repercutia no Brasil. Esse quadro institucional impossibilitava a construção de uma educação sexual crítica, humanista ou pedagógica.

No ano de 1976, aconteceu, em São Paulo, o 4º Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, que registrou importantes iniciativas de discussão no campo da sexualidade e da educação. O evento contou com a participação de 15 Estados da Federação que, através da inscrição de trabalhos, relatavam experiências com educação sexual em escolas brasileiras. Portanto, não temos uma historiografia da Educação Sexual, no Brasil, adequada e abrangente. Não há uma tradição de pesquisa sobre Sexualidade e Educação Sexual em nosso país; ao contrário, o que encontramos, com certa raridade, são estudos muito recentes.

[...] há necessidade de estudos que resgatem algumas perspectivas sobre a história da educação sexual e sobre as tentativas históricas de institucionalizá-la. [...] A educação sexual no Brasil não conta com uma historiografia bem explicitada. (NUNES; SILVA, 2006, p.172)

Os anos 1980 marcaram o início das pesquisas em educação, as quais elegeram como objeto de estudo, a Educação Sexual. Muitos estudos acadêmicos como o de Goldberg (1988), Nunes (1987), Guimarães (1988), Nunes (1996) e Barroso e Bruschini (1986) foram desenvolvidos nos Programas de Pós-Graduação em Educação e também em áreas relativas à

Educação e Saúde. Em 1984, o Estado de São Paulo implantou o Projeto: A Análise da Sexualidade Humana num Enfoque Curricular, através da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (CENP), órgão da Secretaria de Estado da Educação. Tal projeto foi colocado em prática, constituindo-se na primeira iniciativa institucional de um Programa de Educação Sexual na estrutura da Escola Pública do Brasil.

Discursos sobre sexualidade começaram a proliferar em diferentes espaços sociais. A presença de questões sexuais nos meios de comunicação de massa como a televisão e a eclosão da AIDS na sociedade contemporânea contribuiu tanto para que a sexualidade fosse incorporada aos discursos institucionais das escolas públicas no Estado de São Paulo, quanto para favorecer o desenvolvimento de novas pesquisas e abordagens da Sexualidade e Educação Sexual.

Os anos de 1990 estiveram marcados por uma expansão da discussão institucional e acadêmica sobre Educação Sexual. Determinantes políticos produziram uma transformação na sociedade, na cultura e na realidade educacional brasileira. Todas as reformas educacionais advindas da promulgação da nova LDBEN/9.394/96 e a Orientação Educacional assumida no contexto dos Temas Transversais, propostos pelos novos PCNs, no ano de 1997, caracterizaram o cenário da educação sexual escolar nessa década.

Assim, a Educação Sexual no Brasil se constituiu de maneira específica e em diferentes épocas históricas, o que nos possibilita compreendê-la como dialética, construída a partir das contradições políticas e econômicas, antropológicas e sociais, o que nos chama atenção para a importância do contexto na compreensão das propostas de educação sexual vigentes. É importante ainda compreendermos que as propostas de educação sexual, no campo escolar e em outras organizações sociais, são concebidas de maneira específica e determinadas em função de cada momento e contexto sócio-histórico-político-econômico. Significa dizer que a Educação Sexual não está imune às análises e interpretações deste ou daquele momento, podendo apontar diretrizes capazes de contribuir para elaboração de novas propostas de educação sexual no Brasil.

2º CAPÍTULO

2. A EDUCAÇÃO SEXUAL NA VISÃO DA FAMÍLIA

Diante dos estudos relacionados com o processo histórico da humanidade, a família com certeza é a melhor escola para ensinar e garantir uma educação de qualidade na vida de seus indivíduos, capaz de promover entendimento de sua realidade vivenciada sem trauma para que se desenvolva uma personalidade equilibrada.

A atenção e confiança são fundamentais a ser repassada para criança para que se tenha um desenvolvimento coerente desde o nascimento, passando a fase adulta, pois a base de uma educação começa no âmbito familiar, com tudo é bastante preocupante o comportamento que algumas crianças e adolescentes apresentam por ausência da família e isso reflete conseqüentemente em seu processo de formação, ocasionando problemas futuros relevantes ao contexto sexualidade. De acordo com Heiborn (et.al.2006), onde salienta que:

Cabe à família produzir indivíduos autônomos [...]. o eixo central da família é, assim fundada sobre uma tenção estruturada: para que o indivíduo se torne autônomo é preciso um afastamento do núcleo da origem [...]. Os adolescentes não esperam respostas de seus pais sobre sexualidade, uma vez que já possuem novos caminhos de diálogo. (HEIBORN, et.al. 2006. p. 10 e 339)

Considerando a família como alicerce central na vida da criança e do adolescente a estudiosa no assunto em questão, menciona um quadro ainda preocupante em relação à Educação sexual nos dias atuais quando a sociedade deveria assumir um papel de responsabilidade na participação na educação sexual do adolescente. Na sociedade em que vivemos, as famílias estão cada vez mais fragmentadas e não é difícil identificarmos famílias em que não há mais o respeito e o amor mútuo.

Nos dias atuais, percebemos a formação familiar perdendo seus valores e a consequência disso é a falência da estrutura e isso facilita cada vez mais o desequilíbrio de adolescentes que buscam fora do eixo familiar respostas para suas inquietações e insatisfações, a dificuldade de comunicação com os adolescentes (em particular os filhos) desperta um sentimento de impotência que independe do grau de escolaridade ou da formação profissional dos pais ,quando há um bom relacionamento entre família esse processo de desenvolvimento acontecerá de forma gradativa a cada fase da vida da criança e do adolescente onde serão encontrados novos interesses, com isso é importante manter os canais de comunicação sempre aberto ao dialogo, pois temos presenciado um empobrecimento na

área da convivência a distancia um do outro é cada vez mais frequente e superficial ,pais que mal se falam.

Neste sentido, quando acontece algum diálogo este é monossilábico “sim”, não, “espere”. Filhos que também não conversam com seus pais preferem às redes sociais na companhia de amigos. À convivência familiar diária não é fácil, pois não somos iguais, porém, as diferenças não são as causas de desavença e falta de harmonia ninguém escolhe a família que vai nascer logo é o primeiro grupo social a que pertencemos e o mais importante de todos.

Por conta disso, falar de sexualidade no âmbito familiar sempre foi uma questão muito polêmica, haja vista que em épocas passadas, as mulheres eram proibidas de falar, sentir, pensar, ou emitir qualquer outra coisa que remetesse a palavra “sexo” ou “sexualidade”.

Com a globalização, inúmeras mudanças ocorreram, logo com as dos comportamentos não foram diferentes. Mudanças de comportamentos de mulheres e homens ficaram cada vez mais evidentes, as mulheres “brigando” para ter seu lugar no mundo do trabalho, além disso, é claro, do seu reconhecimento e valorização no mundo que até então era puramente machista; e o homem, querendo continuar na sua posição de “chefe” da casa, e mantenedor da família. Assim, com essas mudanças, a abertura do tema sexualidade foi sendo mais dialogado entre pessoas do mesmo sexo e de sexo oposto também, e em específico, entre a família.

Com base a essas colocações, nada melhor, que no seio familiar para se tratar de um assunto tão prazeroso e importante a qualquer idade, porém muitas famílias não conseguem nem se sentem a vontade para falar com seus filhos sobre sexo ou algo parecido. Não conseguem, pelo simples motivos, de que em suas épocas também não tiveram essa educação sexual, pois seus pais não os deram, e assim sucessivamente. Fato este que pode ser melhor compreendida, conforme referência abaixo:

A casa onde a criança vive, se desenvolve, deveria ser o lugar onde as dúvidas são esclarecidas, as curiosidades resolvidas e o diálogo uma constante. Com os pais a criança aprende os primeiros conceitos sobre seu corpo, sua identidade, seu papel, o que é permitido ou desaconselhável na sociedade em que vive. Os pais são os primeiros responsáveis pela educação sexual, sendo seu papel insubstituível. (SOUZA, 1999, p. 33)

Conforme as colocações acima, percebemos que a mesma mostra a importância do papel da família na construção da educação dos filhos, mesmo quando alguns pais fazem questão de abrir mão de algo que lhes coube insistindo em “terceirizar” a educação sexual. São terceiros que orientam os filhos para o respeito, o amor, a sexualidade. Mesmo que a escola oriente, a família tem papel relevante na estrutura da criança: ele é insustentável.

(SOUZA, 1999)

No intuito de reconhecer e fundamentar as colocações de Souza (1999), o Dr. Gerson Lopes¹ afirma que “na relação pais x filhos, a educação para o amor e educação para a sexualidade não dá para terceirizar. A família tem que assumir o seu papel fundamental; podendo, entretanto, contar com a ajuda do médico, do educador, etc”.

Diante dos estudos em torno dessa temática que envolve a família na formação sexual do sujeito, podemos compreender que as discussões a respeito do problema nos deixou bem claro que independentemente do processo sociocultural que o homem estiver inserido, que é no seio familiar que a educação sexual se desenvolve, e que se faz importante, afinal, é com os pais que a criança inicia os primeiros gestos e palavras, o que compreende assim, uma educação sexual iniciada de forma mais “informal”, necessitando apenas, da complementação da Orientação Sexual da escola.

2.1. Conceitos e Definição de: Sexualidade e Sexo

Levando em consideração as questões que envolve a discussão sexualidade e sexo, faz-se necessário ressaltar que cada uma, possuem conceito próprio, pois, ambos constituem-se como parte inerente à vida do ser humano. Estudos definem “sexo” como um conjunto de características orgânicas que diferenciam macho e fêmea, dos seres vivos. O sexo de um organismo é constituído pelos gametas que produzem. Gametas são células sexuais que permitem a reprodução dos seres vivos. O sexo masculino desenvolve gametas conhecidos como espermatozoides e o sexo feminino produz gametas chamados “óvulos”. A expressão sexo ainda pode ser usada como referência aos órgãos sexuais ou a práticas de atividades sexuais.

No entanto, o termo sexualidade representa a forma de comportamento, ações, práticas dos seres humanos que buscam a satisfação do prazer, quanto pela necessidade. Nesse sentido, percebe-se que ambos os termos tem uma função essencial na vida sexual do indivíduo, manifestado no comportamento, nas emoções e sensações.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), a sexualidade humana abarca tanto as relações sexuais (o coito) como o erotismo, a intimidade e o prazer. A sexualidade é experimentada e expressada através de pensamentos, de ações, de desejos e de fantasias.

Compreender nossos sentimentos e a reação do nosso corpo possibilitará a compreender que não se pode separar sexualidade do corpo, ou pensar no corpo sem considerar a sexualidade. Por isso, percebemos e ouvimos palavras proferidas tantas vezes

sobre o comportamento da criança, mensagens de controle do corpo, “fecha a perna”, “não chora”, “tira a mão daí” etc, no sentido de se ter como objetivo principal, controlar também a sexualidade levando a problemas futuros relevantes ao conhecimento de seu próprio corpo em consequência a vulnerabilidade.

Falar de sexo hoje se tornou algo normal, comparado à décadas atrás quando não se tinha a liberdade para conversar sobre o assunto, mas que em meio a tanta liberdade para falar ainda se tem uma grande deficiência no esclarecer e orientar esse público sedento por conhecimento e curiosidade naquilo que seu corpo e mente procura, sabemos que a criança na fase da descoberta não tem medo de enfrentar desafios se algo vai machucar ou não as barreiras não são impedimentos para isso e é necessário a presença de uma pessoa responsável ao seu lado para ensinar os cuidados cabíveis para um caminhar seguro.

Foucault (2015) em sua obra “A vontade do saber” aborda a imensa vontade e o desejo de liberdade em conhecer o comportamento humano sexuado. O descobrir coisas novas remete a uma viagem imaginária na busca por respostas insatisfatórias.

A sexualidade instruída adequadamente possibilitará que o indivíduo interaja na sociedade que vive sem que haja grandes impactos nas suas descobertas e que deverão acontecer por etapas nessa fase, estes processos ainda estar sendo aprimorado concretamente em seus pensamentos, o universo da sexualidade é o caminho que conduz a escolhas de valores tanto pelo próximo quanto pela ética que refletirão no seu comportamento.

Então, diante dos estudos desenvolvidos sobre a sexualidade é essencial dimensão humana baseando-se nas características exclusivamente humanas de afetividade e erotismo:

- Não está secundária à condição humana vinculada as demais habilidades e potencialidades, ela é uma marca única do homem presente na condição cultural e histórica do homem, este tudo que faz ou realiza envolve sua dimensão de ser sexuado;
 - Sexualidade é a própria vivência e significação do sexo, carrega dentro de si intencionalidade e escolha que a tornam dimensão humana, dialógica e cultural;
 - Primeira de nossas identidades é quando os pais disseram é menino, ou menina!
 - Ainda que constituído a partir da marca genital;
 - Sexo é marca biológica, caracterização genital e natural.
 - Sexualidade, conceito cultural constituído pela qualidade de significação do sexo.
- (NUNES, 2006, p. 74)

Ao se falar de sexualidade humana há dois termos bastante usados sexo e sexualidade os quais são comumente confundidos. Quando se retrata do tema Sexualidade, grande parte das pessoas faz uma associação direta com sexo e o senso comum usa essas duas palavras como sendo sinônimas. Porém sexo e sexualidade são palavras distintas em seus significados. Por essa razão é necessário diferenciá-las, como relata Santos (2001):

Logo, a educação sexual não deve envolver apenas conceitos relacionados ao ato sexual, mas explorar a sexualidade dentro de um enfoque sociocultural, abarcando a saúde reprodutiva, as relações de gênero, as relações interpessoais, o prazer corporal e a autoestima, posto que ela possui uma dimensão histórica, cultural, ética e política que abrange todo o sujeito. (SANTOS, 2001)

Refere-se genericamente à sexualidade como o conjunto de fenômenos relacionados à vida sexual do homem, constituindo-se em aspecto central de sua identidade. Trata-se de uma maneira de estabelecer relações com os outros, ter a possibilidade de amar, sentir prazer, procriar. Não se restringe à genitalidade, mas envolve aspectos psicossociais (que diz respeito à psicologia individual e à vida social) que renovam constantemente a vida, sendo único em cada indivíduo. (MOKWA, 2004)

Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 295) sexualidade é entendida como algo intrínseco, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Assim sendo construída ao longo da vida, onde se encontra necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito.

Já a Organização Mundial de Saúde (OMS) define sexualidade como:

Uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônima de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso. É energia que motiva encontrar o amor. Contato e intimidade, que se expressa na forma de sentir, nos movimentos das pessoas e como estas tocam e são tocadas. A sexualidade influencia pensamento, sentimentos, ações e integrações e, portanto a saúde física e mental. Se saúde é um direito humano fundamental, a sexualidade, a saúde sexual também deveria ser considerada como direito humano básico. A saúde mental e a integração dos aspectos sociais, somáticos, intelectuais, emocionais de maneira tal que influencie positivamente a personalidade a capacidade de comunicação com outras pessoas e o amor. (SANTOS, 2001)

Já para a conceituação de sexo os PCN's (BRASIL, 1998, p.295) descrevem que “é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais)”.

No compromisso de fundamentar com o que descreve os PCN's, Santos (2001) afirma

que “Pode-se definir sexo como a conformação particular que distingue o macho da fêmea, conferindo-lhes características diferentes. Em outras palavras, sexo é a identidade sexual”.

Portanto, podemos considerar em relação aos estudos acerca desta problemática que envolve sexualidade e sexo, que, apesar de que o senso comum possa vir a acreditar, que ambos os conceitos são ideias semelhantes, é necessário enfatizarmos que sexo e sexualidade são conceitos distintos.

2.2. A Concepção de Sexualidade em Freud

Freud na época de suas conferências introdutórias define o conceito de sexual como:

Tudo o que se relaciona com a distinção entre os dois sexos, e se tomarmos o fato do ato sexual como ponto central, talvez definissem como sexual tudo aquilo que, com vistas a obter prazer, diz respeito ao corpo e, em especial, aos órgãos sexuais de uma pessoa do sexo oposto, e que, em última instância, visa a união dos genitais e a realização do ato sexual. (FREUD, 1989, p.309)

Esse conceito de sexual sofre uma transformação ao longo do tempo. O ato sexual deixa de ser o ponto central da sexualidade e assume apenas um aspecto da tão explorada vida sexual. Com o estudo da sexualidade no adulto, Freud investiga as perversões e constata que elas constituem a sexualidade infantil. Ou seja: um prazer obtido desde o nascimento, percorrendo todo desenvolvimento da criança, passando por fases, denominadas libidinais. Para compreensão da sexualidade, ele encontra na ciência, a constatação de grupos de pessoas que se desviam no que diz respeito à realização do ato sexual, na união dos genitais, são chamados os pervertidos, onde somente pessoas do seu próprio sexo podem excitar o seus desejos sexuais, pessoas do outro sexo são objetos de repulsa.

Segundo ele a sexualidade faz parte do dia-a-dia dos indivíduos desde o início da vida, porém, a maioria dos escritos e estudos sobre o desenvolvimento das crianças de sua época não abordava essa questão (FREUD, 1905/1974). Para ele a compreensão da sexualidade adulta requer a análise da sexualidade infantil.

[...] a investigação psicanalítica teve de ocupar-se também com a vida sexual das crianças, e isto porque as lembranças e associações emergentes durante a análise de sintomas adultos remetiam-se regularmente aos primeiros anos da infância. O que inferimos destas análises mais tarde se confirmou, ponto a ponto nas observações diretas das crianças. (FREUD, 1989, p. 363)

Ao contrário do que pensava a maioria dos profissionais do seu tempo, o instinto sexual não aparecia na adolescência, mas muito tempo antes. Na Quarta Lição sobre

Psicanálise, Freud questiona: “Existe então, perguntarão, sexualidade infantil? A infância não é, ao contrário, o período da vida marcada pela ausência do instinto sexual? Não meus senhores. [...] a criança possui, deste o princípio, o instinto e a atividade sexual”. (FREUD, 1989, p. 34)

A ideia de sexualidade, presente na obra freudiana desde a década de 1890, consolidou-se com o estabelecimento da noção de pulsão nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, publicados em 1905 (Freud, 1989). Por meio dos conceitos de disposição perverso-polimorfa, zona erógena, pulsão parcial e libido, a sexualidade configurou-se como porta de entrada para a compreensão da vida psíquica. Freud inaugura, assim, uma nova e revolucionária compreensão da sexualidade humana, e assim justifica em sua fala: “A fonte da pulsão é um processo excitatório num órgão, e seu alvo imediato consiste na supressão desse estímulo orgânico”. (FREUD, 1989, p. 159)

Freud acabará por resignificar profundamente a noção de perversão, situando a sexualidade infantil e perversa no fundamento da sexualidade humana. É justamente nesse contexto que a noção de pulsão sexual se emergiu. Definida, em termos clássicos, como o representante psíquico das excitações provenientes do corpo, a pulsão sexual constitui a ferramenta teórica que viabiliza a construção da teoria da sexualidade em Freud, teoria que se revelará fundamental para a compreensão de todas as outras formulações que compõem o conjunto de seu pensamento. Uma das preocupações fundamentais de Freud foi encontrar a pulsão que se oporia às pulsões sexuais. Inicialmente, postulou a oposição entre pulsão sexual e pulsão de autoconservação, visando tematizar o conflito entre a sexualidade impetuosa e o ego, entendido inicialmente como instância psíquica dessexualizada. O caráter disruptivo da sexualidade é um fato evidente em suas primeiras formulações. A pulsão sexual, segundo esta lógica inicial, é entendida como força desestabilizadora para o ego, suscitando medidas de controle e moderação. A defesa psíquica, o recalçamento, incidiria justamente contra a agressão da pulsão sexual à esfera egoica.

Assim posto, vemos como Freud se depara com a inegável perversidade sexual de seus pacientes. E é tomando como ponto de partida os discursos já postulados que sustenta não ser mais possível assentar a sexualidade humana sob o prisma do instinto (instinkt); esta deveria ser compreendida através do conceito de pulsão (Trieb). Ora predominantemente assentadas numa noção finalista onde a atividade sexual seria entendida como herança de espécie animal que, pouco variante entre os indivíduos, pressuporia uma sequência temporal raramente suscetível a alterações, se até o momento grande parte das teorias amparavam-se nesta de instinto para compreender o erotismo humano, Freud, por sua conta, não mais partirá desta

concepção. O diferencial de Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade reside, afinal, no fato de se dispor a compreensão da sexualidade humana a partir de ideia de pulsão, que atuará num campo ainda mais amplo do que a atividade instintual, cujas implicações estão nitidamente definidas.

Levando em conta a privação de substâncias necessárias à vida ou a presença de estímulos negativos, este conceito é enfim utilizado para entender a relação entre psique e soma – donde deriva a noção de libido.

Da diferenciação entre objeto sexual, ou seja, a “pessoa de quem provém a atração sexual” (FREUD, 1989, p. 127) e objetivo (alvo) sexual, a saber: “a ação para a qual a pulsão impele” (FREUD, 1989, p. 127), a noção de pulsão sexual nasceria, então, de uma zona erógena do corpo que, tendo em vista um ideal fantástico, expressar-se-ia por meio de atos substitutivos, por sua vez compreendidos como atos forjados em fantasias e dispostos conforme a imagem de um objeto fantasiado.

Diferentemente das teorias cujos padrões de conduta estão fixados pelo instinto, do ponto de vista psicanalítico, uma pulsão sexual não apenas independeria do objeto sexual, como seria antes um desvio, pois, compreendida ao longo da história do próprio indivíduo, seria o lugar de tantas observações que se tornaria quase impossível de se determinar, por exemplo, o grau de perversão permitido para cada pessoa: “a extraordinária difusão das perversões força-nos a supor que tampouco a predisposição às perversões é uma particularidade rara, mas deve, antes, fazer parte da constituição que passa por normal”. (FREUD, 1989, p. 160)

De natureza conflitiva, sexual será, portanto, toda conduta que, de uma zona erógena do corpo (boca, ânus, olhos, voz, pele, etc.), apoia-se numa fantasia (realizável ou não) e possibilita certa forma de prazer. E se é deste modo, há de se considerar também a constituição que conteria o germe de todas as perversões: uma vida sexual infantil.

Essencialmente de natureza sexual, ainda que seja difícil assumir uma definição unívoca em todo o conjunto a “Obra Freudiana” podemos dizer que no escopo de Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade tal conceito é compreendido como uma força apta a mensurar as transformações/processos qualitativa e quantitativamente variáveis no domínio das excitações sexuais. Ora, se por um lado Freud defende certo aspecto qualitativo segundo o qual, diferentemente de Jung, a libido nunca cobriria todo o campo pulsional, por outro, ao firmar-se como conceito quantitativo, aparece tal qual uma variável que, de acordo com sua produção, aumento ou diminuição, distribuição e deslocamento, nos possibilitariam explicar os fenômenos psicosexuais. Para Freud, a libido jamais poderia ser equacionada como se

fosse uma energia mental inespecífica e indiferenciada desde sua origem. Por mais que em sua totalidade possa vir a ser dessexualizada, em instância alguma poderá assumir a primazia de todos os significantes pulsionais, sendo sempre tácita aos processos anímicos em geral. De acordo com o desenvolvimento desta análise, quando separamos a libido das demais modalidades de energia psíquica, “damos expressão à premissa de que os processos sexuais do organismo diferenciam-se dos processos de nutrição por uma química especial”. (FREUD, 1989, p. 205)

Desta forma, se por um lado ela é secundária aos processos sexuais, quantitativamente falando, fornece os meios para nos permitir mensurar a produção, o aumento, a diminuição, o deslocamento, etc. de todos os processos de excitação sexual, incluindo nisto os afetos e o amor.

Enfim, considera-se que a sexualidade humana possui influências biológicas, psicológicas e culturais, constituindo-se como uma experiência ampla, complexa e diversa.

2.3. Educação Sexual na Escola como Prevenção da Gravidez na Adolescência.

Historicamente, o número de adolescentes grávidas aumentou significativamente com o advento do capitalismo e como consequência do êxodo rural, desemprego, miséria, etc. Atualmente, a maior parte dos países menos desenvolvidos, como os latino-americanos enfrentam um número crescente de abortos e casos de gravidez nesse período de vida da mulher, sem que se tenha um trabalho sério de educação sexual na escola como prevenção da gravidez na adolescência.

Por conta dessas questões, a educação sexual surge como proposta para diminuir e até mesmo evitar a gravidez e o aborto na adolescência. A aplicação dessa proposta pode ser viabilizada pelos diversos meios de acesso: escolas, ruas, centros de saúde e também através de meios de comunicação, como a TV, a Internet, os jornais, o rádio, etc. Talvez não seja urgente uma mensuração das vantagens da educação sexual, mas é evidente a sua utilidade como um método eficiente na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada e aborto.

Tanto a educação em geral como a educação sexual é reprodutiva para os adolescentes, podem ser realizadas por uma mídia que é cada vez mais comum entre os adolescentes: a Internet, ao lado dos meios de comunicação tradicionais. E é nessa tendência globalizante das comunicações que a informação educativa tentará se dirigir e orientar na prevenção de casos de gravidez e aborto na adolescência.

Em países como o Brasil, os serviços públicos de saúde nem sempre oferecem serviços adequados para as adolescentes de menos recursos que enfrentam problemas de gravidez ou situações traumáticas, pós-aborto, decorrentes de aborto provocado em condições precárias. Nesse sentido, o conhecimento e a caracterização dos serviços que essas instituições oferecem serão de muita ajuda às adolescentes gestantes ou em pós-aborto e para orientação sexual e reprodutiva dos jovens em geral.

A gravidez e o aborto na adolescência têm motivado estudos que refletem um elevado interesse nessas questões nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Isso é estudado em diversas pesquisas, tais como as de Barroso (1986, p. 53) e Baltar (1996, p. 386). Já nas regiões menos desenvolvidas, como as do Nordeste, existe um número reduzido de estudos, o que não permite ter uma melhor visão da problemática enfocada.

A adolescência é um período da vida que começa aos 10 anos e vai até os 19 anos, quando acontecem diversas mudanças físicas, psicológicas e comportamentais. Mas não existe consenso sobre o período da adolescência, pode abranger idades de 10 a 19 anos, ou de 13 a 19, ou considerar subperíodos de dois em dois anos. Não obstante, as estatísticas consideram a faixa etária entre 15 e 19 anos como a mais representativa da adolescência, é nessa faixa que se apresentam, com maior evidência, os casos de gravidez e de abortos provocados pelas adolescentes. Porém, não se deve generalizar, porque há adolescentes que com 15 anos apresentam maturidade no comportamento. (SARMENTO, 1991, p. 12)

Apesar de haver teorias do desenvolvimento psicológico que consideram que a adolescência é um fenômeno determinado universalmente e de maneira igual para todos, há teorias que consideram que esse período configura um acontecimento psicossocial limitado pelo grupo social no qual o jovem está inserido. As características no comportamento do adolescente seriam uma continuidade das características anteriores do desenvolvimento psicológico individual, não havendo mudança drástica, mas apenas evolução a partir da evolução anterior. (COSTA, 2000, p. 34)

O período consiste em um despertar para um mundo novo, uma etapa singular devido a que na adolescência uma pessoa começa a ter um espaço e a descobrir muitas coisas e, o mais importante, a participar desse mundo. Nesse período, o sujeito precisa mais da compreensão dos pais, dos familiares, na escola, dos amigos e de todos que o rodeiam, para assim não cair pelo caminho das drogas, da delinquência, da prostituição, etc. Para a jovem, há outros problemas e riscos derivados de uma gravidez não desejada ou de um aborto provocado.

A adolescência, hoje, é vista de forma especial, todavia durante muito tempo não foi valorizada como grupo. Essa mudança deve-se a diversos fatores, aos quais estão ligados:

... a explosão demográfica, com o aumento significativo da população jovem, e a ampliação da faixa etária com características da adolescência, decorrente, sobretudo nas áreas urbanas, da necessidade de melhor preparo para o trabalho, bem como da maior dificuldade para encontrá-lo, aumentando o tempo de dependência econômica. O aparecimento, nessa faixa etária, de problemas especiais, como o aumento do consumo de drogas, a incidência de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez precoce, faz acentuar o interesse pela adolescência. (GUIMARÃES & COLLI, 1998, p. 16)

Diversos estudos e pesquisas sobre gravidez e aborto na adolescência têm mostrado a importância da educação sexual e a explicação sobre o conhecimento dos métodos anticoncepcionais como formas eficientes de prevenção de gravidezes não desejadas e de abortos, ainda enfatizando os sérios riscos para a saúde da mulher que pratica um aborto provocado. Esses casos de abortos provocados são típicos de países onde o aborto não é legalizado, pois as mulheres recorrem ao aborto clandestino nem sempre sob condições adequadas, tais como a assistência de um profissional de saúde competente, de clínicas adequadas e de medicamentos.

A gravidez tem sido apontada como prejudicial para a adolescente porque causa problemas sérios no seu desenvolvimento, devido às mudanças biológicas e psicossociais pelas quais passa durante a gestação e aquelas consequentes do parto e da responsabilidade de cuidar de uma criança.

A adolescente grávida enfrenta duas realidades ao mesmo tempo, a adolescência e a gravidez, e, em ambos os casos, ela vai sofrer mudanças no aspecto físico e no psicológico. Ela não está preparada para enfrentar tal evento, não porque a gravidez seja uma doença senão porque ainda não é o momento adequado para tal acontecimento, pelo fato de que a mulher não está preparada para enfrentar uma gravidez.

A gravidez na adolescência origina, em geral, o dilema de uma gestação indesejada e exige uma decisão: ter ou não ter o filho. Ter o filho pode significar não continuar os estudos, adquirir uma grande responsabilidade, problemas com os pais, problemas de saúde, entre outros. Terminar com a gravidez também tem outros riscos tal como o fato de colocar em perigo a saúde e vida da gestante, além de traumas psicológicos decorrentes de uma gravidez interrompida.

Diante dos fatos, é preciso que a educação sexual na escola, tenha como objetivo a prevenção da gravidez na adolescência para que ela entenda que não está preparada para todo

esse processo que é a procriação do novo ser, essas questões refere-se ao aspecto biológico, mas também há os sociais.

Para nos tornarmos uma pessoa social, precisamos nos integrar junto a outros grupos, para que possamos promover o que chamamos de relacionamentos. Farão parte do processo histórico de nossas vidas, com isso desenvolvemos concepções de pensamentos e prevenção que na hora de se envolver com outro indivíduo. Ensinar métodos preventivos irá evitar problemas futuros na vida de qualquer pessoa incluindo os adolescentes que não estão evidentemente preparados para grandes impactos, ocasionado pelo risco de engravidar, doenças sexualmente transmissíveis. Tudo isso está ligado ao seu processo de conhecimento sobre a prática social.

É importante que se volte um olhar diferenciado para esse grupo de pessoas que necessitam de orientação cada vez mais ampla e esclarecedora. Jovens e adolescentes estão se inserindo mais cedo no meio do álcool e das drogas e da prostituição por necessidade ou por falta de conhecimento. Professores, pais e responsáveis, profissionais da saúde, não tem dado a devida importância ou passam despercebidos para essa situação que é muito preocupante, pois o contato com esse assunto para a maioria, não é mais novidade, principalmente àqueles que acessam internet e que por vez dispõe de fontes que agem de forma decisiva sobre a formação desses adolescentes que são imediatistas e não querem esperar. Eles querem tudo muito rápido, instantâneo, tendo como foco as relações sexuais.

É comum na juventude esse assunto refletir no dia-a-dia dos profissionais da educação dentro do espaço escolar, a saber, que proposta se tem ou é desenvolvida para prevenção no problema em relação à sexualidade dos adolescentes. Logo se sabe que desejos sexuais se manifestam em qualquer faixa etária, contudo, dentro do âmbito educacional esses sentimentos são reprimidos e ignorados, tendo como ideia que os principais responsáveis por esses ensinamentos é a família, porém a escola, deve ser um dos contribuintes para abordar sobre esse assunto, que despertarão interesses e influenciarão na vida futura dos adolescentes, processo esse que acontecerá de forma sistematizada diante de um planejamento com propostas de ação preventiva no contexto escolar. Conforme Domingos (2010, p.21):

A educação sexual nas escolas, portanto, é fundamental para que os adolescentes possam falar sobre sua sexualidade, sem preconceito, separando os tabus, para tanto, é fundamental o papel do professor nesta mediação. Além disso, a sala de aula deve ser um espaço que possibilite o autoconhecimento e a descoberta de outras formas de relacionamento afetivo que não se limite as relações sexuais. (DOMINGOS, 2010, p.21)

Diante das palavras abordadas anteriormente o educador tem papel fundamental na escola e na referência dos/as jovens, por isso que é fundamental pautar a formação de professores neste aspecto bem como favorecer a sua relação com espaços ligados à saúde e ao serviço social que de alguma forma possam contribuir para uma abordagem mais ampla da questão da gravidez na adolescência e dessa forma propiciar espaços que orientem a jovem que engravidar ter apoio e orientação para reconstrução dos seus projetos e perspectivas futuras, de forma autônoma e plena.

São muitos os métodos para prevenir a gravidez não desejada especialmente na adolescência. Primeiramente, criando programas de educação sexual, desenvolvidos nas escolas, porque a escola é um espaço propício para o autoconhecimento e a descoberta de outras formas de relacionamento que não sejam as relações sexuais.

Os programas de informação sexual devem se estender aos pais, porque na maioria das vezes eles não estão preparados, por exemplo, psicologicamente, para tratar de temas como a sexualidade com os filhos. O diálogo entre pais e filhos é importante, é a maneira mais saudável para orientar a vida sexual dos adolescentes, os progenitores têm que dar liberdade e demonstrar confiança nos filhos para poder-lhes informar e ouvir, e que desde cedo eduquem a criança para se responsabilizar pelas suas ações. Nessa fase, a família contribui para o desenvolvimento do adolescente assim como também discute e orienta-os, com relação a dúvidas, angústias, tabus e preconceitos tão frequentes, nessa etapa da vida. A maioria das adolescentes afirma que seus pais têm dificuldade de discutir tais assuntos.

Como parte da orientação sexual aos adolescentes devem ser oferecidas alternativas de lazer e possibilidades de esportes que resgatem o seu lado lúdico e recreativo, porque a prevenção da gravidez não deve ser vista ou abordada apenas como informação ou contracepção, despida de toda a roupagem cultural, de valores e normas, pois não se pode dar apenas meios de contracepção aos jovens, tem que se lhes dar também atitudes, comportamentos, normas, valores e que eles possam desenvolver atitudes críticas, reflexivas e responsáveis.

A proposta da prevenção da gravidez na adolescência pode ser realizada de diversas maneiras. Uma delas é o retardo do início da experiência sexual, já no caso das adolescentes que iniciaram o intercurso sexual é o uso de contraceptivos. Essas duas medidas, a educação sexual e a utilização de contraceptivos, são de caráter individual. Outras medidas de prevenção da gravidez na adolescência de caráter mais geral envolvendo ações sociais devem considerar a melhoria da educação, das condições econômicas, das condições de moradia e a diminuição da pobreza. A educação sexual pode ser realizada através de diversas frentes: os

país, as escolas, os hospitais e inclusive como acontece em países como Estados Unidos, por meio de programas de prevenção da gravidez na adolescência vinculados a instituições federais e estaduais como são os serviços públicos de saúde, hospitais, etc.

2.4. A Importância da Educação Sexual Escolar no Combate a DST-AIDS

A Educação sexual é muito importante para o processo do desenvolvimento da vida dos adolescentes, pois é por meio desse estudo que as informações irão se evidenciar de maneira clara e objetiva no combate ao grande número de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS e as DST'S, que estão cada vez mais presentes no meio dos adolescentes, através de contágios em relações sexuais. As maiorias dessas contaminações se dão principalmente entre adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade, ou seja, situação de risco, que na maioria das vezes, precisa se prostituir para se alimentar e ajudar a família se alimentar.

Neste sentido, os estudos mostram, que é muito importante que a escola desenvolver projetos que contribuam como alertar os adolescentes com relação a esse assunto. Diante de tanta preocupação com os adolescentes procurando ver a necessidade de pensar com urgência à forma de como está sendo ensinado o estudo da educação sexual no contexto escolar e que estratégias estão utilizando para orientá-los de maneira atrativa onde eles se sintam envolvidos com a temática.

Alguns jovens iniciam suas primeiras relações sexuais dentro do próprio espaço escolar e os profissionais da educação se omitem em se envolver e ajudar, por vezes aciona outros órgãos e os pais, mas nada fazem, sendo que também é sua responsabilidade prevenir não é só responsabilidade de órgãos específicos que trabalham com os adolescentes, mas, é de toda a sociedade, incluindo a escola como principal formador de pessoas.

Tanto a AIDS como as DST'S, são doenças muito importantes de trabalhar sua prevenção e que sejam assuntos de conversas abertas e francas. Esse diálogo pode e deve começar na escola, uma orientação que seja responsável para prevenir possíveis doenças sexualmente transmissíveis (em especial a AIDS). A ação da escola pode ser decisiva na hora da prevenção dessas doenças maléficas. Sair da monotonia e não se limitar apenas a conteúdos programáticos.

Muitos jovens recebem instruções erradas sobre a sexualidade e acabam reproduzindo seus próprios conceitos que são manifestados através de mensagens pornográficas nas paredes, no muro da escola, outras podem ser expressas no caderno, por

mensagens no celular usando as redes sociais. Fato que pode ser mais bem compreendido segundo o manual do multiplicador que descreve essas realidades:

Na realidade, os jovens estão diariamente expostos a mensagens implícitas sobre sexo e sexualidade e interpretam a sua maneira, essas informações sejam educativas ou não, podendo responder diretamente (com negações, descrenças, esquecimentos ou assimilações erradas) a mesma mensagem. (MINISTERIO DA SAÚDE, 2006, p. 07)

Os estudos em torno do combate das doenças sexualmente transmissíveis enfatizam que à falta de um programa de educação sexual para combater a DST e o aumento de pessoas contaminadas pelo HIV, é necessário promover um projeto educacional que possa envolver alunos, professores e/ou educadores para que juntos, possam buscar construir conhecimento sobre a sexualidade humana. Necessariamente não deve existir um especialista dentro da escola, como o professor de ciências, o psicólogo, o orientador educacional, explanando sobre sexualidade.

Neste sentido, não podemos deixar de ressaltar que é de fundamental importância a responsabilidade da escola no que diz respeito à formação do aluno como um todo, por isso, o trabalho de educação sexual escola, tem que ser realizado numa perspectiva metodológica interdisciplinar e ser discutido coletivamente. Como qualquer processo educativo, o qual apresenta efeitos e resultados demorados, muitas vezes só observados após muito tempo e, certamente, não tem o poder de transformar todas as atitudes e comportamentos dos jovens, mas ajuda consideravelmente a conscientização e importância da educação sexual escolar para o combate da DST e AIDS.

2.5. O Direito da Educação Sexual na Escola a Partir dos PCN's e o ECA.

Os termos Orientação Sexual e Educação Sexual são utilizados como sinônimos, no entanto, Educação Sexual refere-se a um processo mais longo que se inicia desde o nascimento e inclui o aprendizado de normas, valores, práticas, informações sobre sexualidade segundo padrões culturais da sociedade em que o indivíduo está inserido.

Diversos autores referem sobre Orientação e Educação Sexual como algo possível e necessário no interior da escola. Mas o estudioso sobre o assunto sexualidade, Ribeiro, expressa que a família tem um papel importante na construção da sexualidade.

A família possui um papel de grande importância na construção da sexualidade do indivíduo, uma vez que, normalmente, são os pais que convivem e acompanham o desenvolvimento dos filhos por um longo período, transmitindo-lhe os valores e as

normas de sua cultura, as sociedades, do seu grupo. (RIBEIRO, 2002, p.52)

O Parâmetro Curricular Nacional, Tema Transversal Orientação Sexual, “não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação”. (BRASIL, 1997, p. 121)

A escolha dos temas transversais, como “Orientação Sexual” proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais seguiram os seguintes critérios: urgência social, abrangência nacional, possibilidade ensino e aprendizagem no ensino fundamental com possibilidade de favorecer a compreensão da realidade e a participação social. Ao tratar de questões sociais, os temas transversais se remetem à necessidade de se recorrer a conjuntos de conhecimentos relativos a diferentes áreas do saber.

Segundo o PCN, a abertura de um espaço no âmbito escolar permite às crianças esclarecer suas dúvidas e formular novas questões aliviando suas ansiedades que muitas vezes interfere em seu aprendizado. O tratamento da sexualidade nas séries iniciais, através da adoção de um trabalho pedagógico proporciona ao aluno encontrar na escola um espaço de informação e de formação respeitando o momento de seu desenvolvimento. transversalizando o saber com diferentes disciplinas.

O PCN, v.10, propõe que a partir da 5ª série o trabalho se torne sistemático e seja tratado em um lugar específico. “Esse espaço pode ocorrer na forma de uma hora-aula semanal para os alunos (dentro ou fora da grade horária existente, a depender das condições da escola)”. (BRASIL, 1997, p. 129)

Este tema vincula-se ao exercício da cidadania e no final do ensino fundamental espera-se que os alunos sejam capazes de respeitar o outro, a respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes relativos à sexualidade, buscando o prazer como uma dimensão saudável, contra as discriminações, respeitando seus desejos e dos outros, além da proteção dos relacionamentos sexuais exploradores e coercivos, além de agir com solidariedade aos portadores de HIV e, também a proteção nas práticas sexuais ao iniciar seu relacionamento sexual usando métodos contraceptivos e desenvolver a consciência crítica e responsável nas tomadas de decisões.

O trabalho de Orientação Sexual requer uma elaboração planejada tendo como ponto de partida as questões retiradas de cada turma, envolvendo a comunidade num processo educativo, onde o papel de educador é oferecer um espaço para discussão e esclarecimento. Segundo o Parâmetro Curricular Nacional, vol. 10:

Os trabalhos já existentes de Orientação Sexual nas séries iniciais do primeiro grau (primeira a quarta séries) indicam que as questões trazidas pelos alunos são predominantemente ligadas à compreensão da sexualidade. A curiosidade gira em torno da tentativa de compreender o que é o relacionamento sexual, como ele ocorre, as concepções, gravidez e parto. Todas essas curiosidades são importantes de serem contempladas pelo professor, assim como ação reflexiva quanto aos preconceitos em relação aos comportamentos ligados às meninas e aos meninos. (BRASIL, 1997, p.137)

Na proposta do PCN de Orientação Sexual, o conteúdo foi organizado em três blocos: o primeiro sobre o Corpo: matriz da sexualidade, o segundo, Relação de Gêneros, e o terceiro, Prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. Quanto ao papel do educador, segue a citação:

O educador deve estar atento para necessidade de repetir o mesmo conteúdo já abordado. As crianças vivem suas curiosidades e interesses na área da sexualidade em momentos diferentes umas das outras, ocorrendo muitas vezes estudo e a discussão de um tema com pouca apropriação desse conhecimento para algumas. (BRASIL, 1997, p.143)

Do que se pode ver nas leituras, o assunto para se discutido no âmbito escolar, a formalização dos Parâmetros Curriculares Nacionais favoreceu o tratamento deste tema e cada vez, mais materiais vem adicionar nas bibliotecas escolares com a temática da sexualidade humana.

Portanto, podemos concluir no que se refere o direito da educação sexual na escola, como não há uma receita, pronta a ser aplicada, para que a Educação Sexual seja construída em sua prática pedagógica é necessário como educador, rever os próprios conceitos sobre a sexualidade e, a pedagogia deve permear sob a perspectiva de uma concepção emancipatória. É preciso uma abordagem da sexualidade que supere a da proposta regulada pelo Parâmetro Curricular Nacional (1997), proposta esta como tema transversal com as demais disciplinas, com uma abordagem sistematizada, intencional, que requer investigação sobre o tema, referências, enfim, não é um tema fácil, mas quando pesquisado passa a ser contagiante.

2.6. Orientação Sexual na Escola e a Formação do Professor

A discussão da sexualidade, principalmente, voltada para a orientação na escola, vem de tempos atrás, onde vários estudos e pesquisas foram desenvolvidos a fim de que possibilitasse uma maior discussão aos educadores sobre o seu papel nesse momento de Orientação, porém na década de 1990, o Ministério da Educação elabora um documento base para auxiliar o trabalho da escola nesse importante momento, que completa, mas não substitui o dever dos pais. Assim, o Ministério da Educação cria os Parâmetros Curriculares Nacionais, Temas Transversais, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, com este, a escola pode

embasar-se para desenvolver um trabalho de transversalidade.

As manifestações da sexualidade diferentes em cada etapa do desenvolvimento são um exemplo disso. Muitas vezes o professor encontrará aí excelente oportunidade para desenvolver um trabalho extraprogramação. A sexualidade provoca nas crianças uma grande variedade de sentimentos, sensações, dúvidas, etc. Todas essas manifestações são objeto de trabalho do tema Orientação Sexual. Embora não sejam passíveis de serem programadas, elas acontecem inevitavelmente e, para isso, o professor deverá estar preparado: deverá se planejar para trabalhar essas situações no momento em que elas acontecem. A atitude do professor de acolhimento a essas expressões e disponibilidade para ouvir e responder a questões é fundamental para o trabalho que aqui se propõe. (PCN, 1997, p.128-129)

Percebe-se que as manifestações sexuais surgem com mais frequência na escola, inicialmente nas séries infantis, onde as carícias com o próprio corpo é com mais frequência. Além da educação infantil, se pode perceber essas manifestações também com os alunos maiores, através dos seus comportamentos, das escritas nas paredes dos banheiros, escrita nos corredores, nas rodas de conversas com outros colegas, dentre outros comportamentos. Entretanto, todo esse processo inicialmente surge no âmbito familiar, necessitando da escola, apenas um complemento.

Souza (1999) fala que a orientação da escola não substitui o papel relevante da orientação da família na questão da sexualidade, pelo simples fato que é na própria família que a criança começa a se descobrir e a “despertar a sexualidade”, entretanto as suas manifestações começam a aparecer na escola, afinal é na escola que a criança passa boa parte do seu tempo. É nesse momento que a escola deve-se posicionar de maneira a orientar do que julgar. Afinal, seu papel está para orientar sobre esse e outros temas relevantes ao bem estar dos alunos.

...cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de autoreferência por meio de reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (PCN, 1997, p. 121)

Colaborando com os PCN, Egypto (2003, p. 96) diz que:

Para evitar interpretações erradas, é muito importante que os pais sejam informados da implantação do Projeto de Orientação Sexual (de preferência, antes que ele seja realmente implantado). Por meio de circulares enviadas pelos alunos, de reuniões previamente marcadas, com palestras explicativas, os pais devem ir conhecendo os objetivos e métodos do trabalho. Essa é uma fase muito importante, pois a parceria entre a escola e a família só é possível se os pais sentirem certa cumplicidade com o projeto, fazendo parte dele, e isso só ocorrerá se eles forem informados e

esclarecidos de cada passo fundamental do trabalho.

Diante de todo o contexto percebe-se que, o processo da sexualidade vem desde o ventre da mãe, perpassando por toda a infância, chegando à adolescência e puberdade, aflorando-se muito nessa fase. Enfim, a escola tem o papel de orientar os alunos a fim de que estes possam se respeitar e respeitar os outros, afinal sexualidade nada mais é que as emoções, sentimentos e/ou desenvolvimento da vida psíquica dos seres humanos.

Destaca-se que alguns estudiosos da sexualidade diferenciam o termo orientação sexual de educação sexual (REIS; RIBEIRO, 2005, p.35). Para Vitiello (1995), Orientação sexual baseia-se ao fato de o orientador expressar suas experiências e seus conhecimentos, de forma que ajude o orientando a analisar diferentes situações. Já Educação sexual seria uma forma mais ampla onde o orientador seria capaz de informar, orientar e aconselhar, quanto a isto o autor nos esclarece:

Informar é uma atividade de ensino, de instrução, e não de educação, ao menos enquanto a informação for passada isoladamente. Já a orientação implica num mecanismo mais elaborado, segundo o qual, baseando-se em sua experiência e em seus conhecimentos, o orientador ajuda o orientando a analisar diferentes opções disponíveis, tornando-o assim apto a descobrir novos caminhos. Aconselhar, por outro lado, consiste em auxiliar o aconselhando a decidir-se por um ou vários dos possíveis caminhos que ele próprio já conhece, em outras palavras, aconselhar significa “ajudar a decidir”. Educar, finalmente, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas. Educar, no sentido mais amplo, significa formar, não na acepção de que o educando seja uma cópia do educador, mas sim na de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente. (VITIELLO, 1995, p.18)

Ao contrário, Reis e Ribeiro (2005, p.35) escrevem que o termo Educação sexual é utilizado quando se refere à educação recebida pelo indivíduo desde o nascimento, influenciado inicialmente pela família, na comunidade, com seu grupo social e religioso, com a mídia, além de envolver os processos culturais na qual contém normas, regras e valores sobre o sexo. Ao contrário o termo Orientação sexual é utilizado para se referir a um trabalho planejado, organizado e sistematizado realizado por um profissional especializado. A conceituação para Orientação sexual discriminada por Reis e Ribeiro (2005) é a mesma utilizada pelos PCN's (BRASIL, 1997) ao dizer que:

De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. (BRASIL, 1997, p. 83)

Se analisarmos somente um autor verificamos que os significados para orientação e educação sexual são distintos. No entanto se fizermos uma análise entre autores diferentes percebemos que educação pode ser sinônimo de orientação. Sendo assim, para fins deste trabalho será adotado o termo orientação sexual visto que o mesmo é utilizado pelos PCN's.

Mokwa (2004, p.5) relata em seu trabalho as várias dificuldades relacionadas à abordagem desse tema tais como: família, religião, falta de conhecimento, constrangimento em abordar o tema, ausência de subsídios e formação continuada.

Essas se constituem em barreiras para que a sexualidade seja abordada na escola com base no contexto sócio cultural dos sujeitos envolvidos, possibilitando discussões amplas que considerem a formação de identidades sexuais e de gênero.

O fato dos pais ainda não darem a devida atenção à sexualidade dos filhos aumenta a responsabilidade dos professores na orientação sexual do aluno. Se a família não assume o papel na orientação sexual do jovem, a responsabilidade recai sobre a escola, na figura do professor. (HOLANDA et al., 2006)

Porém, segundo Silva (2009) os professores atuais, em sua grande maioria, são frutos de uma geração onde a sexualidade não era abordada no espaço escolar. Reprimida e repudiada pelos valores morais, culturais e religiosos como sendo algo pecaminoso e subversivo, as manifestações da sexualidade na escola eram motivos de escândalo. Desta forma muitos desses professores não receberam uma devida orientação, formação, ou mesmo informação sexual adequada.

Ao longo da construção de suas identidades sexuais, os professores foram aglomerando consigo mitos, tabus e valores constituídos e reforçados pela sociedade. Assim, incluir em sua prática educacional a Orientação Sexual é um desafio, pois muitos se sentem despreparados e desencorajados para lidar com o tema, é o que descreve Silva (2009).

Apesar disso, um professor/educador tem mais êxito em instruir adolescentes com relação ao tema sexualidade, do que seus familiares quando o tentam executá-lo, ou seja, o número de adolescentes instruídos é maior quando o professor ensina. Neste contexto, o professor torna-se o profissional mais adequado para alcançar grande número de adolescentes. Sem questionar qual das instituições, se a escola ou a família, tem mais mérito na realização da educação sexual, afirma-se que ambas têm valor para a abordagem do tema. (HOLANDA et al., 2010)

De acordo com Reis e Ribeiro (2005, p.38) os professores e profissionais que lidam com crianças e jovens têm importância essencial no processo de aquisição de conhecimentos e valores por parte de seus alunos. Sendo assim há a necessidade desses educadores possuírem

um espaço onde possam se formar como orientadores conscientes e capazes de aconselhar caminhos e escolhas que tornem a vida do indivíduo menos traumática, com menos culpa, ansiedade, preconceitos e desinformação.

Estudos relatam que a escola é a instituição mais indicada pelas autoridades educacionais, pelos especialistas e pela sociedade em geral como campo fértil e ideal para se dar orientação sexual. (HOLANDA et al., 2010)

Segundo os PCN's (1998, p.293) a Orientação sexual na escola visa à compreensão e reflexão da realidade social, construindo assim a cidadania, sendo uma forma de contribuir para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como, a prevenção de problemas graves como o abuso sexual e a gravidez indesejada. Além disso, a orientação sexual na escola também propicia discussão envolvendo questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia. Dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar das crianças, dos adolescentes e dos jovens na vivência de sua sexualidade atual e futura.

Porém, a inclusão dos assuntos referente à sexualidade nas escolas, não deve proporcionar a exclusão de responsabilidade por parte dos familiares em ensinar, sendo assim consta nos PCN's (BRASIL, 1998, p.67):

A escola não substitui nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos. Como um processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos.

Arruda (2009, p.9) relata em seu trabalho duas necessidades subtendidas nas escolas: 1) levar ao aluno as problematizações e respostas aos seus anseios, no que diz respeito à sua sexualidade, e não somente repassando os conceitos biológicos, mas se expandindo a aspectos psíquicos, emocionais, sensuais, livres de censura; 2) preparar os/as professores/as das várias áreas do conhecimento para fazê-lo de maneira sistematizada e contínua.

Estudos científicos realizados na área demonstraram que o trabalho de Orientação sexual, ao contrário do que se propaga, não estimula a atividade sexual, não antecipa a idade do primeiro contato sexual, nem tão pouco aumenta a incidência de gravidez ou aborto entre os adolescentes. E, sim, as crianças/adolescentes, que foram orientados sexualmente na escola, tornaram-se mais responsáveis e conscientes. (SANTOS, 2001)

Em uma sociedade capitalista e globalizada, com um modo de vida consumista e individualista, que condiciona ideias de sexualidade ainda limitada, normatizada e geradora de culpa, consequências da moral anti-sexual rígida, contida. Esse comportamento influencia profundamente as atitudes em relação à sexualidade, daí a dificuldade em inserir questões sobre orientação sexual na escola, uma vez que esse assunto é carregado de repressão e preconceitos como relata Reis e Ribeiro. (2005, p.31)

Apesar da existência conflitante diante dos assuntos a serem abordados durante o desenvolvimento de um trabalho de orientação sexual, os PCN's (BRASIL, 1998) estabelece três blocos ou eixos norteadores: Corpo: Matriz da sexualidade, Relações de Gênero e Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids, que foram caracterizados a partir dessas concepções:

A vivência da sexualidade em cada indivíduo inclui fatores oriundos de ordens distintas: aprendizado, descoberta e invenção. O trabalho de Orientação Sexual deve se nortear pelas questões que pertencem à ordem do que pode ser apreendido socialmente, preservando assim a vivência singular das infinitas possibilidades da sexualidade humana, pertinente à ordem do que pode ser prazerosamente aprendido, descoberto ou inventado no espaço da privacidade de cada um. Assim, buscou-se selecionar os conteúdos segundo os seguintes critérios: • relevância sociocultural, isto é, conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual; • consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal; • possibilidade de conceber a sexualidade de forma prazerosa e responsável. Tais conteúdos foram elencados não apenas em seus aspectos conceituais, que garantem as informações pertinentes, mas sobre tudo por seus aspectos procedimentais e atitudinais. (BRASIL, 1998, p.315)

Atualmente a maioria das escolas delegam este assunto aos professores sem um maior controle do que é exposto por eles em sala de aula. Diante disto, o conteúdo da educação sexual fica restrito nas mãos dos mesmos fazendo com que a abordagem pedagógica dependa muito da sua formação docente, o que pode ocorrer à transmissão de (pré) conceitos aos alunos. Muitos professores necessitam rever a sua sexualidade para poder abordar a temática, pois tendo problemas consigo mesmo em relação à sexualidade, provavelmente em suas aulas, passarão concepções sobre o tema em tom de frustração e inquietação.

Os professores encarregados de educação sexual na escola devem ter autenticidade, empatia e respeito. Se o lar está falhando neste campo, cabe a escola preencher lacunas de informações, erradicar preconceitos e possibilitar as discussões das emoções e valores. (TELES, 1992, p.47)

Os professores também devem evitar emitir seus próprios juízos de valor e opiniões como “verdades inquestionáveis”. Apesar de ser impossível ficar totalmente isento de opinar,

é necessário uma permanente atenção para que as questões sejam expostas, refletidas e discutidas sem que apenas uma resposta prevaleça como verdade absoluta. O trabalho desenvolvido pelo professor deve estar pautado em um planejamento sistemático e transformador, visando à promoção do bem estar sexual a partir de valores baseados nos direitos humanos e relacionamentos de igualdade e respeito entre as pessoas. A educação sexual desenvolvida no contexto escolar deve ter como objetivo empregar professores com um preparo adequado para desempenhar de forma significativa o seu papel, auxiliando os alunos no esclarecimento de suas dúvidas, ansiedades, dificuldades e angústias, pois segundo Suplicy, (1983, p.23): “a criança chega na escola com todo tipo de falta de informação e geralmente com uma atitude negativa em relação ao sexo”.

A lacuna existente nos currículos dos cursos de formação de professores é um dos entraves para o desenvolvimento de um trabalho sistemático de orientação sexual no contexto escolar. Na formação de professores a grade curricular não contempla um conteúdo específico que aborde profundamente a temática fazendo com que os docentes sintam-se despreparados, passando a tratar o tema em suas aulas por um único aspecto, o das ciências biológicas, reduzindo a orientação sexual ao aparelho reprodutivo em detrimento das dimensões culturais, afetivas e sociais inerentes a sexualidade.

É imprescindível a capacitação e a conscientização do professor sobre o tema, pois o educando ao chegar ao ambiente escolar traz consigo características e influências de contextos maiores, diante disso, a aprendizagem do individuo só pode ser entendida dentro de situações nas quais está inserido, em contextos como a família e a escola, que por sua vez fazem parte de contextos macros: culturais e sociais.

A aprendizagem é um fenômeno que se realiza através de uma rede de relações na qual estão os valores oriundos das interações familiares e sociais de uma determinada cultura e época. É de suma importância que o professor considere a subjetividade do educando e suas experiências socioculturais e familiares nas situações de aprendizagem, pois a mesma é como uma rede de relações conectada por diversos fatores internos e externos.

Diante dos estudos bibliográficos desenvolvidos sobre a formação do professor frente a Orientação Sexual na Escola, não podemos esquecer que é nesse contexto que se compreende a escola como foco de atenção à promoção da saúde da criança e do adolescente. Sendo assim, não podemos negar que é de fundamental relevância o papel do professor na orientação sexual escolar do educando.

2.7. O Papel do Professor na Orientação Sexual Escolar.

O referido estudo se propõe a discutir o papel do professor na orientação sexual no contexto escolar, trazendo inicialmente, um breve histórico referente à implantação desta nas escolas brasileiras, bem como uma discussão sobre as divergências teóricas que envolvem a questão.

Ao longo de muito tempo a sexualidade foi ignorada pelas escolas, os educadores agiam como se seus alunos fossem assexuados, mesmo quando chegavam à puberdade. Assuntos acerca da sexualidade eram evitados para não despertar a curiosidade dos educandos, reproduzindo assim os tabus e os rígidos valores sociais.

No Brasil, o ensino sofreu fortes influências da Igreja Católica, que por um longo período manteve escolas exclusivamente femininas ou masculinas desempenhando um papel determinante nos mecanismos de repressão e omissão de informações sexuais, principalmente aos jovens. Em meados de 1960 e 1970, o Brasil passou por um período de forte repressão com a tomada de poder pelos militares, que instalaram um clima de moralismo puritano e de censura. A atitude moralista defendida pelo golpe militar de 1964 resultou no bloqueio de alguns projetos defendidos em escolas que forneciam informações sobre educação sexual. Este período repressivo deixou marcas no processo de implantação oficial da educação sexual nas escolas. Apesar de pouco estímulo em relação a alguns projetos, outros seguiram em frente, em colégios particulares, entretanto com pouca divulgação. É importante perceber que:

Nos anos 50 e 60 com a eclosão de movimentos jovens, já não era possível conter a sexualidade. Surgiu então, o que hoje se chama de educação sexual. As primeiras tentativas foram tímidas: o assunto era tratado pelo professor de biologia, que não explicava coisa nenhuma. (TIBA, 1994, p.108)

A educação sexual se deparou com diversos obstáculos oriundos de diferentes seguimentos para sua implantação nas escolas brasileiras. Frente à intensificação das demandas sociais, as escolas não conseguiram mais evitar a abertura de espaços em seu âmbito para discussões sobre o tema. Tais espaços foram pleiteados pelos próprios pais, que não se sentiam seguros para tratar de assuntos relativos ao sexo com seus filhos. Diante disto, foi delegada a escola tal responsabilidade sem que a mesma estivesse preparada para dar conta desse papel.

Na década de 1990 intensificaram-se os projetos e trabalhos de educação sexual desenvolvidas nas escolas devido ao grande número de gravidez precoce e o aumento de pessoas infectadas pelo vírus da AIDS. Atualmente, muitos projetos vêm sendo elaborados no

Brasil com o intuito de discutir a sexualidade em escolas públicas e privadas. Desde o surgimento da educação sexual nas escolas até os dias atuais houve várias abordagens e debates até mesmo sobre a própria expressão “educação sexual”, que segundo alguns especialistas caíram em desuso, visto que os mesmos se questionam se é possível educar alguém sexualmente.

Atualmente, o conceito mais utilizado é o de “orientação sexual”. Entretanto, para falar sobre educação sexual/orientação sexual é indispensável conceituá-la sem, contudo, priorizar uma determinada corrente teórica, tendo em vista que tal assunto é complexo e envolve múltiplos entendimentos.

Segundo a sexóloga Gilda Fucs (1993. p.201), a educação sexual é “parte da educação geral que transmite os conhecimentos e mensagens necessárias para que o indivíduo possa adquirir atitudes, expressar seus sentimentos e firmar valores que o permitam aceitar e vivenciar a sexualidade própria e dos outros num contexto livre e responsável” A autora defende uma educação sexual que conscientize, liberte e possibilite o desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano criticando os conceitos que restringe essa educação ao ensino biológico do sexo ou como meio de impor, ajustar ou coibir a sexualidade das pessoas.

Edgard Orttth compartilha da mesma ideia de Fucs ao tratar a educação sexual como parte essencial da educação, para ele “a educação sexual não pode ser vista de forma dissociada da educação que visa à formação integral do indivíduo, devendo está integrada a ela”. (ORTTH, 1996, p.8)

Outros autores também trazem contribuições significativas acerca do assunto. Apesar da existência de desacordos sobre a natureza e a identidade do que seja a educação sexual, Cesar Nunes e Edna Silva (2006, p.13) entendem que esta expressão significa “um conjunto de processos simbólicos significativos e comportamentais, psicossociais e sócio-constitucionais de representação e vivência das identidades e potencialidades sexuais”. Estes autores apoiam ainda uma educação sexual que supere os estereótipos sexuais sendo abordada de forma emancipatória, que segundo eles caracteriza-se por “identificar os estereótipos sexuais e questionar seus fundamentos e representações”. (idem, p. 71)

Embora defendam este tipo de educação sexual, tais autores reconhecem que esse processo seja lento, visto que, a priori, faz-se necessário desconstruir e superar concepções tradicionalistas fruto de determinações históricas. A esse respeito Werebe (1998, p.139) define a educação sexual como “todas as ações deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões e valores ligados a sexualidade”.

Como vimos, o conceito de educação sexual é amplo, dando margem a diversas interpretações, pois ao conceituá-la as pessoas recorrem as suas representações sobre o assunto estando estas, diretamente relacionadas aos seus valores e crenças. Deste modo, a diferenciação dos termos indica significados diferentes. Entretanto como já foi pontuado anteriormente, o termo mais aceito ultimamente é o de orientação sexual, nomenclatura esta, escolhida pelos PCN's devido ao significado que possui no campo educativo.

De acordo com o guia de orientação sexual, a mesma: “[...] quando utilizada na área de educação, deriva do conceito pedagógico de Orientação Educacional, definindo-se como o processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizado principalmente em escolas”. Já a educação sexual, “[...] inclui todo o processo informal pelo qual aprendemos sobre a sexualidade ao longo da vida, podendo ser recebida através da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia”. Ou seja, seriam conhecimentos informais passados ao indivíduo por meio dos pais ou por outras fontes através de atitudes e ideias, influenciando o sujeito na construção de conceitos e comportamentos referentes às questões sexuais.

Percebe-se, portanto, a diferença de significados entre as nomenclaturas, sendo a “orientação sexual” o termo mais aceito pelo meio educacional, deixando assim sob responsabilidade dos pais a tarefa de educar sexualmente seus filhos e da escola o de informar e orientar os educados, evidenciando que tanto os pais quanto os educadores possuem uma parcela significativa de responsabilidade na formação e no processo evolutivo do indivíduo.

Apesar dos debates e dos diversos conceitos dados a orientação sexual é notável que a mesma é imprescindível e nenhuma escola pode deixar de abordá-la. A questão não é decidir se trata ou não deste tema ou qual a melhor definição para este, mas sim, saber como lidar com o mesmo, pois a sexualidade na escola aparece algumas vezes de forma velada e simbólica e em outras, de forma obscena e discriminatória. O espaço físico muitas vezes é usado como mural onde se observa mensagens escritas em paredes, portas, carteiras e banheiros que não deixam dúvidas sobre a existência de uma sexualidade emergente e das curiosidades ligadas ao tema. Mesmo assim “por vezes a escola realiza o pedido impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela”. (BRASIL, 1997, p.113)

A orientação sexual não se restringe apenas a transmissão de informações pelo professor sobre sexo, significa também o contato entre pessoas, transmissão de valores, atitudes e comportamentos. É fundamental que os educadores estejam preparados psicologicamente e pedagogicamente para falar sobre o assunto, pois se observa que, a maioria não possui preparação suficiente e o que sabem está baseado em troca de informações com colegas e em restritas leituras, que se limitam aos aspectos biológicos sem considerar os

sentimentos e as emoções envolvidas neste processo.

Falar sobre sexo na escola ainda é motivo de tensão, tanto para alunos quanto para professores. Estes se protegem da ansiedade com dados científicos e os alunos com brincadeiras e gozações. Assim, o diálogo fica bloqueado devido a uma barreira de linguagem. Nessas circunstâncias:

A melhor atitude do professor é tentar esvaziar o conteúdo pornográfico. Em primeiro lugar, é preciso ter acesso aos alunos, saber exatamente como eles tratam a questão. Um bom método é pedir aos alunos que escrevam em papéis com total liberdade, palavras e frases relacionadas ao sexo, sem assinar. [...] Em seguida, o professor lê em voz alta e até escreve na lousa os palavrões, colocando sinônimos. [...] Então se discutem os sinônimos, desde o mais científico até o mais populares, até se chegar a um consenso. (TIBA, 1994, P.109)

O objetivo dessa abordagem é uniformizar a linguagem em comum acordo com os alunos. Tal entendimento é primordial, pois promove o diálogo para assuntos mais importantes que integram a parte afetiva do relacionamento e do prazer.

A forma de trabalho do professor é decisiva para o bom entendimento do assunto e a ampliação do diálogo em sala de aula. Para auxiliar neste processo, os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) abordam a orientação sexual em seus temas transversais trazendo propostas para os trabalhos referentes a este assunto no contexto escolar. A introdução da temática da sexualidade nos currículos foi também instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que propõe uma abordagem de maneira articulada entre o tema sexualidade e as matérias curriculares tradicionais estabelecendo uma relação entre os conteúdos e as questões pertinentes ao tema.

As indicações dos PCN's (1998, p.299) sobre orientação sexual recomendam que, “a escola deve abordar diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a construir um ponto de auto referência por meio da reflexão”. Ainda de acordo com os parâmetros, o trabalho realizado pela escola pelo professor não substitui nem concorre com a função da família, mas complementa.

A proposta dos PCN's sugere uma ação pedagógica que estimule a reflexão e auto formação do educando, tendo em vista que este trabalho é um complemento da educação familiar recebida pelo aluno. Nos objetivos gerais os PCN's pontuam que a finalidade do trabalho de orientação sexual é:

[...] Contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade sendo capazes de: [...] respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à sexualidade; compreender a busca de prazer como um direito; conhecer seu corpo; valorizar e cuidar da sua saúde;

identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes; identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos dos outros; proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores, evitar uma gravidez indesejada; tomar decisões responsáveis a respeito da sexualidade. (PCN's, 1998, p.311)

O trabalho de orientação sexual proposto pelos PCN's sugere ao professor um trabalho que supere as formas tradicionais, nas quais a sexualidade era orientada unicamente para as funções reprodutivas e remoção dos desejos, tolhendo os comportamentos sexuais. Nesta nova concepção, a orientação sexual considera a busca do prazer, os sentimentos e desejos como parte integrante desse processo, valorizando a auto formação e os direitos individuais, bem como o respeito à diversidade e as expressões sexuais.

Os PCN's enfatizam, ainda, a necessidade de uma relação de confiança entre alunos e professores, na qual o educador precisa se mostrar disponível para conversar, abordando a questão de forma direta e esclarecedora, evitando a emissão de opiniões, a fim de que os alunos possam chegar (ou não) as suas próprias conclusões. É fundamental, também, que o educador possua uma formação profissional adequada e consciente para não transmitir informações equivocadas sobre o assunto.

Segundo os PCN's, os professores necessitam revisar suas próprias dificuldades diante do tema com questões teóricas, leitura e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens, preparando-se para intervenções práticas diante dos alunos. De acordo com os parâmetros: “a formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre os valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de orientação sexual”. (BRASIL, 1998, p. 303)

É necessário, portanto que os educadores se preparem efetivamente para abordar o tema de forma adequada, identificando seus próprios valores e comportamentos a fim de evitar a transmissão e a imposição de concepções pessoais, para que tais valores não venham sobrepor a realidade individual do aluno.

2.8. Educação Sexual na Escola e a Participação da Família: como Superação dos Conflitos da Educação

Diante dos estudos realizados em torno da temática que aborda a participação da família numa mão dupla com o espaço escolar o mesmo nos mostra que apesar dos avanços e desenvolvimento que o mundo vem alcançando nos últimos anos e períodos de nossa história para o contexto familiar o tema sexualidade ainda encontra-se imerso em tabus e princípios

morais fortemente enraizados gerando conflitos, problemas e/ou dificuldades para a ampliação e superação de conflitos nos espaços para diálogo entre pais e filhos.

Como podemos perceber, muitas vezes, questões ou obstáculos de ordem sexual são construídos, desenvolvidos e perpetuados devido à influência da educação sexual recebida pela família de origem. Tal educação, transmitida e recebida na família, de geração em geração, está impregnada por fatores que costumam trazer consequências marcantes para o comportamento e sexualidade de seus integrantes, visto que em alguns ambientes familiares às manifestações de sexualidade dos seus membros são contidas por meio de atitudes repressoras ou até mesmo através da omissão.

Diante do que vem sendo falado sobre as mudanças que o mundo vem atravessando nos tempos, não podemos esquecer que a família ainda é a base de toda sociedade, uma vez que é ela que acolhe e proveem o sustento e o desenvolvimento do indivíduo é a mesma que reprime e pune as manifestações sexuais, apontando o sexo como algo errado e proibido. Expressões como “sexo é errado”, “não quero que você namore”, “você não devia pensar nessas coisas” são alguns exemplos de como a educação sexual vem sendo empregada nos mais variados contextos familiares. A esse respeito é importante atentar para:

A visão negativa da sexualidade, ligando-a ao pecado, a vergonha, as doenças e a infelicidade, tem sido um dos principais obstáculos ao desenvolvimento harmonioso e prazeroso da vida sexual. Quando os adultos exercem forte repressão sobre as atividades exploratórias da infância e da adolescência, a evolução afetiva e sexual pode vir acompanhada por um aprendizado exagerado de autocontrole. As crianças crescem pensando que o tema da sexualidade não deve ser tratado com adultos e que os órgãos sexuais e as sensações ligadas a eles são causa de vergonha e culpa. (OLIVEIRA & DIAZ, 1998. p.124)

De acordo com as colocações acima, podemos compreender que diante da insegurança em relação à sexualidade, muitas famílias optam por atitudes repressoras para tentar conter as dúvidas e ansiedades de seus integrantes. Contudo, tais atitudes não amenizam os anseios e emoções dos filhos sobre as questões inerentes a sexualidade, causando comportamentos e atitudes que podem trazer sérias consequências a vida sexual destes indivíduos, a exemplo de uma gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis ou bloqueios de ordem sexual devido à falta de diálogo e de interação com os pais.

Mais uma vez os estudos desenvolvidos nos mostram que a omissão também se constitui em outro instrumento utilizado pela família para lidar com as questões referentes à sexualidade. Em muitos contextos familiares, não se fala sobre sexo e até mesmo este não parece existir ou fazer parte da condição humana. Por falta de conhecimento suficiente ou o

por insegurança, muitos pais preferem não dialogar com seus filhos sobre o tema.

Os estudiosos acima nos mostram, segundo Oliveira & Diaz (1998, p. 114), ressaltam que: “A omissão do adulto, a negação da sexualidade na infância e a falta de diálogo tem deixado essa área descoberta de uma ação educativa eficaz.” A omissão dificulta a abertura de espaços de diálogo reduzindo a compreensão do tema e perpetuando dúvidas e questões a serem elucidadas por pais e filhos.

Sendo assim, a maioria dos pais encontra-se cercado por muitas dúvidas sobre a maneira de se portar em relação à sexualidade dos filhos, pois os genitores, em grande parte, advêm de uma geração repressora cujos valores eram mantidos como absolutos e inquestionáveis. Tal realidade faz com que estes se sintam desconfortáveis e inseguros com as demandas de seus filhos e, em última instância, acabem reproduzindo os valores que lhes foram impostos por outras gerações que, por sua vez, não contemplam as questões atuais e geram mais dúvidas e insatisfação entre pais e filhos.

Neste caso não podemos esquecer que os tempos mudaram e com eles novos valores estão sendo construídos. É inegável o crescimento da liberdade sexual, o enfraquecimento do patriarcalismo, o declínio das formas tradicionais de família, os novos arranjos familiares e as transformações tecnológicas ocorridas na farmacologia e na medicina objetivando o controle da reprodução humana. Todos esses fatores requerem uma mudança de comportamento acerca da educação sexual empregada nos contextos familiares e nas escolas. A difusão de novas ideias trazidas pela globalização, a influência da mídia e de outros meios de informação estimulam a sexualidade precoce e proporcionam ao indivíduo um maior contato com tais questões demandando assim, um maior entendimento e esclarecimento desses fenômenos.

As mudanças provenientes dos novos paradigmas acarretaram em uma saída do modelo tradicional (repressivo) de orientação sexual, que se fundamentava na proibição para o modelo permissivo em que tudo é lícito. O modelo tradicional constitui sua atuação na força moral, religiosa e cultural no qual a reprodução é o objetivo da sexualidade, sendo a única função feminina, a de reprodutora. A atividade sexual nessa visão é considerada suja, pecado e doença. Agora o modelo predominante é o permissivo tendo como bases, o erótico, o corpo e o prazer. Contudo, mesmo diante desta mudança, a falta de conscientização acerca da sexualidade prevalece. Não existe de fato, uma educação sexual na escola que faça as famílias participarem para juntas superarem os conflitos. A REVISTA ISTO É, destaca que:

Os jovens estão virando prisioneiros da própria liberdade, com angústias por não alcançarem o ideal distorcido de sexo que estão aprendendo. Tanta insegurança os leva a cometer erros mais facilmente, como esquecer de usar o preservativo. No caso

das meninas, é comum que procurem o médico apenas três anos depois do início da atividade sexual. Geralmente por suspeita de gravidez. (REVISTA ISTO É. Abril/2009)

Com base aos dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, de 1996 a 2006 o percentual de garotas que perderam a virgindade até os 15 anos saltou de 11% para 33%. Nesta mesma faixa, 47% dos meninos já tiveram sua iniciação. Segundo a revista Isto é (Abril, 2009), “a erotização está começando cada vez mais cedo e de forma intensa; a fase de experimentação começa mais cedo e tudo é permitido”. Diante disso observa-se uma marcante transformação ligada aos valores relativos à sexualidade. Nesse contexto, os meios de comunicação exercem forte influência através do excesso de estímulo sexual sem oferecer a menor noção de segurança e proteção sexual.

As atuais transformações trouxeram novas perspectivas acerca da sexualidade, entretanto não ampliou de forma satisfatória o esclarecimento e a consciência das questões sexuais. A erotização e o contato prematuro das novas gerações com a sexualidade é uma realidade que se configura através da conjunção de fatores como a dificuldade dos pais em estabelecer limites, falta de orientação sexual eficiente nas escolas e uma cultura de massa extremamente erotizada. Conforme a mesma revista, “ainda que família e a escola se esforcem, uma cultura popular recheada de apelos sexuais complica a situação. Letras de música, filmes, novelas, seriados de tevê apimentados permeiam o cotidiano de crianças e adolescentes”. (ISTO É. abril, 2009). Contudo, mesmo perante as transformações ocorridas na atualidade referente aos comportamentos sexuais, muitos pais continuam mantendo a repressão da sexualidade dos filhos reproduzindo o modelo ideal de comportamento sexual, exercendo uma forte influência na construção da sexualidade dos mesmos.

A família que está envolvida no processo de educação sexual do indivíduo desde a sua concepção deve iniciar tal processo a partir do nascimento da criança. Cunha (2006, p.32) sugere que “a educação sexualizada inicia-se nos primeiros momentos da vida da criança, ou talvez antes, ainda na concepção. Acariciá-la, beijá-la, abraçá-la, massageá-la vai proporcionar-lhe prazer e ensinar-lhe as melhores sensações e as melhores coisas da vida”. Assim, o processo de educação sexual é responsabilidade primária da família e sua influência é importante na construção sexual do sujeito.

Neste sentido, podemos enfatizar no que se refere a orientação sexual na escola que é de suma importância a superação dos modelos tradicionais e repressores de educação sexual, a começar pela escola com as famílias, bem como saberem enfrentar a sexualidade precoce para que possam criar novos espaços de diálogo entre escola, pais e filhos baseados em

valores que proporcionem discutir o prazer e a responsabilidade na vida sexual. Seria interessante que a educação sexual não fosse empregada através de formas rígidas ou autoritárias nem com a ausência total de limites, mas sim de modo que respeitasse as etapas de desenvolvimento do ser humano pautada no entendimento de que o sexo é algo inerente a este processo.

2.9. Novas Perspectivas da Educação Sexual na Escola

A sexualidade segundo Santos (2001), ao citar Barroso; Bruschini (1983) e Sayão (1997) relatam que a “entrada” da sexualidade na escola, surgiu na França, na segunda metade do século XVIII. Foi a partir desse período que a chamada orientação sexual começou a preocupar os educadores. Esta tinha como objetivo maior combater a masturbação, tendo como pano de fundo as ideias de Rousseau de que a ignorância era a melhor forma de manter a pureza infantil. As concepções sobre assexualidade das crianças são contrariada por Freud no século XX, quando o mesmo afirmou que era próprio do desenvolvimento infantil o autoerotismo, a descoberta prazerosa do corpo entre outras manifestações da sexualidade. Então neste momento a sexualidade infantil, é compreendida como uma questão humana, na qual envolve a inter-relação afetiva e não está relacionada exclusivamente à noção de genitalidade (relação sexual). Diante do exposto, as crianças têm o direito de receberem informações sobre orientação sexual e isso deve ocorrer no momento em que elas demonstrarem interesse pelo tema, visto que manifestações de sexualidade estão presentes no cotidiano infantil. (MAIA, 2005, p.87)

Figueiredo et al. (2009, p.65), relata que a sexualidade na infância, enquanto busca de prazer e bem-estar através do contato com o próprio corpo, faz parte do desenvolvimento humano como um processo de natureza de todos os indivíduos. No entanto tal referência é diferente da erotização precoce, na qual a criança é estimulada através de imagens e mensagens a uma sexualidade adulta, o que pode trazer prejuízos significativos ao seu desenvolvimento psíquico e emocional de forma gradativa e talvez irreversível.

Todas as crianças têm sua sexualidade mediada pela cultura, pela educação oferecida no lar, na escola e no contato com os meios de comunicação. Assim Maia (2005, p.91), faz referência que “Nesses vários ambientes, elas recebem informações e regras, percebem atitudes e sofrem punições ou são premiadas por sua conduta, seja ela adequada ou não aos padrões sociais”.

Sendo assim em 1995 foi elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) os

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), documento que dita procedimentos do ensino nacional. Contudo é no ano de 1997, que o Ministério da Educação propõe os PCN's para o Ensino Fundamental em todas as escolas do país. Essa proposta curricular inclui temas transversais, que são assuntos importantes para o indivíduo e coletivo, cujo tema não pertence a uma disciplina específica. Orientação Sexual é um tema transversal a ser abordado inicialmente pelos professores de 1ª à 4ª série - atuais 2º ao 5º ano-, sendo que em 1998 a proposta se expandiu para as turmas de 5ª à 8ª série – atuais 6º ao 9º anos - e ensino médio. (SANTOS, 2001)

De acordo com a abordagem acima, a escola deve proporcionar uma educação plena e abrangente que possa informar e zelar pelo cumprimento de seu dever. Para tanto deve lançar mão de todas as ferramentas possíveis como a realização de projetos, campanhas informativas e educativas que visem informar e promover a orientação sexual, não apenas do corpo discente, como também de toda comunidade escolar.

Nos dias atuais, os adolescentes têm tido contato cada vez mais cedo com fontes que influenciam no desenvolvimento precoce de sua sexualidade como os programas de televisão, músicas com letras maliciosas acompanhadas por coreografias insinuantes, dentre muitos outros. Nota-se também, que mesmo havendo uma maior abertura para o diálogo entre pais e filhos, esse tema ainda apresenta resistência por parte dos pais que acabam por transferir a responsabilidade da orientação sexual para a escola.

Os estudos nos têm mostrado que a incluir na formação do aluno o tema Orientação Sexual durante as aulas inserindo-o no currículo escolar favorece a uma prática de ensino que contribui para o processo de formação de cidadãos mais humanizados não se limitando apenas no aspecto biológico, mas abrangendo ainda o aspecto psíquico-social para que deste modo o adolescente não veja na prática do ato sexual apenas uma simples fonte de prazer, banalizando-o e desrespeitando seu próprio corpo e por vezes tratando o parceiro como um simples objeto para sua mera satisfação sem considerar a importância do respeito pela pessoa e pelo corpo do outro.

Não podemos deixar de ressaltar que infelizmente, não são raros os casos de crianças e adolescentes que são molestadas sexualmente por familiares, amigos da família e até mesmo estranhos, que se aproximam aproveitando de sua inocência, acuando-as e intimidando-as ou até mesmo corrompendo-as com balas, presentinhos ou pequenas quantias em dinheiro, por isso a necessidade de se trabalhar a Educação Sexual na escola, como forma de coibir tal prática na sociedade.

Sendo assim, temos que considera que a participação dos pais durante o processo de

orientação sexual das crianças e dos adolescentes na escola é fundamental, pois deste modo possibilita a quebra de barreiras e tabus que ainda possam existir nas relações entre pais e filhos.

Diante das questões que envolve o sujeito como ser de sexualidade é por isso que não se deve deixar que o adolescente receba uma orientação sexual ao acaso como fruto de sua curiosidade e com a utilização de meios não aconselháveis como a pornografia, por exemplo. É importante que a escola interfira positivamente na formação sexual do indivíduo promovendo discussões claras e abertas.

Portanto, só será a partir de um plano curricular pedagógico que a escola poderá promover uma Educação Sexual que venha ao encontro do desenvolvimento do aluno no que se refere ao processo ensino aprendizagem, uma vez que só assim será possível considerar que se pode a partir de tais questões, trabalhar o assunto com as competências para:

- Realizar pesquisas pelos alunos abordando o tema Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS;
- Participação em palestra sobre as DSTs, AIDS, Gravidez na Adolescência e Pedofilia;
- Realização de debate com esclarecimento de dúvidas em sala de aula.

Assim como as Habilidades, podendo desenvolver o:

- Reconhecimento das principais doenças sexualmente transmissíveis, formas de contágio e prevenção;
- Identificação dos principais métodos contraceptivos;
- Identificação dos órgãos sexuais masculinos e femininos;
- Compreensão do processo de reprodução humana;
- Compreensão do que é a pedofilia.

Para essas ações, deve-se realizar a pesquisa com os alunos com a utilização de diferentes fontes de informação como internet, revistas científicas e livros didáticos abordando os temas: Doenças Sexualmente Transmissíveis; Gravidez na adolescência e Pedofilia.

Além disso, é muito importante a participação dos alunos e de toda comunidade escolar em palestras educativas ministradas por três diferentes palestrantes: Agente de saúde da rede pública hospitalar falando sobre os temas: Doenças Sexualmente Transmissíveis – sintomas, tratamento e prevenção; Gravidez na Adolescência e seus riscos à saúde da

adolescente e do bebê e métodos anticoncepcionais; Representante do Conselho Tutelar do Município para tratar os temas: O que é a pedofilia; Como identificar sinais de que a criança está sendo abusada sexualmente; Que medidas tomar em caso de abuso sexual de menores.

Também é necessário promover a criação de ciclo de debate em sala de aula com a realização do momento: “Agora eu compreendo!” onde cada aluno deve escrever suas dúvidas em um papel e depositar em uma caixinha, que posteriormente, devem ser lidas e esclarecidas pelo professor.

Dentre as estratégias propostas para que se alcance um resultado significativo na formação da educação sexual do aluno, não podemos deixar de ressaltar que o professor deve realizar também, esclarecimentos quanto às diferenças entre órgãos sexuais masculinos e femininos, suas funções e como ocorre o processo de reprodução humana. Em seguida, o professor questionará os alunos quanto aos pontos negativos de se gerar uma criança ainda na adolescência, ressaltando toda a mudança que ocorre na vida do adolescente não apenas no aspecto emocional, como também, no aspecto social, uma vez que a partir de então o mesmo adquire a responsabilidade sobre uma vida humana assumindo o importante papel de pai ou mãe, numa condição que ainda não está preparada para exercer e assumir tais papéis na sociedade.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A referida pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gleba Pernambuco, foi esta fundada nos anos de 1970 pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) na administração do Dr. Edgar de Souza Cordeiro, localizada na Vila de Pernambuco, no município de Inhangapi - Pará.

A escolha da escola surgiu em virtude de se detectar a necessidade de trabalhar a temática da educação sexual com os alunos, uma vez que se precisou saber como os gestores, técnicos e professores desenvolvem esse contexto na escola citada.

A escola funciona nos turnos: manhã e noite, com 3 (três) turmas de Educação Infantil (EI) com crianças de 05 (cinco) anos, e de 4 à 12 anos se conta 17 (dezesete) alunos. No Ensino Fundamental o 1º ano são 11 (onze) alunos; no 2º ano são 17 (dezesete) alunos; no 3º ano consta 19 (dezenove) alunos; no 4º ano são 15; e no 5º ano somam-se 17 (dezesete) educandos. Sendo que da EJA (Educação de Jovens e Adultos) com uma turma de 1ª etapa com 08 (oito) alunos.

Em seu quadro de funcionários possui 09 professores, 01 secretária, 01 coordenador de ensino, 01 diretora pedagógico, e 05 cinco servidores que trabalham no grupo de apoio à escola.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Gleba Pernambuco, ainda não possui o PPP (Projeto Político Pedagógico), porém, existe um Conselho Escolar, formado por representantes de professores, alunos, pais e pessoal de apoio, onde os mesmos se reúnem quando a escola recebe a verba do PNDE (Plano Nacional de Educação) ou em casos extraordinários referentes a assuntos escolares.

A escola desenvolve outros projetos como: O Carnaval na Escola, Dia da Mulher, Páscoa, Dia das Mães e Família, Festa Junina e Meio Ambiente, Programação Esportiva para o Dia dos Pais, Semana da Pátria, Dia das Crianças, Consciência Negra e a vinda do Papai Noel na escola, e encontram-se registrados no livro ata da escola.

4. METODOLOGIA

Aqui se discorre sobre o processo de construção do estudo metodologicamente, onde são abordadas a contextualização do lócus, a definição dos critérios para a escolha dos sujeitos e os caminhos percorridos na execução deste TCC.

Como objetivos específicos: Analisar como está sendo aplicado o conteúdo da orientação sexual nas escolas do campo; Averiguar qual o método que os professores utilizam para desenvolver suas práticas pedagógicas; e; Investigar qual o papel da escola no processo de formação do discente com relação à temática.

A pesquisa se insere no campo da educação, especificamente sobre orientação sexual, onde se discute sobre as concepções e práticas pedagógicas dos docentes da Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí-PA. E por falar em pesquisa, Elisabete Matallo Marchesini de Pádua (2012) explica que:

Tomada num sentido amplo, pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problemas; como atividade de busca, indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento, ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilia na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações. (PÁDUA, 2012, p. 31)

Nesse sentido pode-se perceber que a partir da prática realizada no cotidiano podem-se obter dados dentre estes positivos e/ou negativos sobre os quais se realizam pesquisas e estudos, dos quais se encontram respostas e solução de problemas e ainda a criação de hipóteses para a concretização daquilo que está especificado na legislação e nas mais variadas teorias. Para a autora, esse caminho realiza-se com a reflexão de fatos acontecidos, estudados, pesquisados e registrados, a fim de produzir novos conhecimentos “que possibilitem compreender e transformar a realidade”. (PÁDUA, 2012, p. 32)

Nessa perspectiva, a autora explica que num processo de investigação se deve explicar detalhadamente os princípios metodológicos e métodos utilizados. Inclui-se, toda a explicitação e fundamentação no que diz respeito às opções metodológicas e ao processo a seguir.

Ainda conforme os autores abaixo, a seleção do instrumental metodológico se encontra diretamente relacionado ao problema a ser estudado, e a escolha dos mesmos dependerá dos fatores relacionados ao estudo. Tanto os métodos, quanto as técnicas devem se adequar ao problema, às questões de pesquisa que se queira confirmar e ao objeto com que se vai entrar em contato. Em geral, nas investigações são utilizados métodos e técnicas

necessárias e apropriadas para determinado caso e, na maioria das vezes, há uma combinação de dois ou mais deles, utilizados concomitantemente. (MARCONI; LAKATOS, 2011)

Assim, a metodologia utilizada no estudo, é o caminho, a forma de proporcionar uma compreensão mais apurada dos dados colhidos nos subitens seguintes analisados. Para se tratar de metodologia, Minayo (2011, p. 44) define-a de forma abrangente e concomitante:

(...) a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer; b) como a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como a “criatividade do pesquisador”, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de resposta às indagações específicas.

SUJEITOS DA PESQUISA

Para este estudo, participaram como sujeitos, a gestora escolar, técnico pedagógico e professores da Escola Municipal “Gleba Pernambuco em Inhangapí-PA”.

Ressalta-se que priorizamos informantes que apresentam certo conhecimento sobre o assunto. Para contribuir com a questão, Bogdan e Biklen (2010, p. 95) defendem:

[...] alguns sujeitos estão mais dispostos a falar, têm mais experiência do contexto ou são particularmente intuitivos em relação às situações. Estas pessoas tornam-se informadores-chave e, frequentemente, irá falar com eles por períodos de tempo maiores do que com os outros.

Passemos, então, ao tipo de pesquisa abordada neste trabalho.

TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa é definida como bibliográfica. Sobre isso, Gil (1999, p. 124) afirma que esse tipo de pesquisa “é quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”. Nesse sentido, ela abrange também as publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, pesquisa, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação.

Além da pesquisa bibliográfica, que culmina neste presente estudo, compõe-se a de campo, a qual, segundo Marconi e Lakatos (2011, p.76), “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimento acerca de um problema para a qual se procura uma

resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou entre eles”. Portanto, a pesquisa, de fato, tem a finalidade de “descobrir respostas para questões, mediante a aplicação de métodos científicos”. (MARCONI e LAKATOS, 2011, p.02)

Aliando a pesquisa bibliográfica e a de campo, o presente estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa.

A seguir, apresenta-se o instrumento de coleta de dados que utilizamos para coletar os dados deste trabalho.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Utilizou-se como suporte para a realização das coletas de dados, a aplicação de questionários semiestruturados, elaborado pelo autor, contendo questões acerca dos dados pessoais e cinco questões sobre a educação sexual na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gleba Pernambuco, e se os profissionais como: gestor, técnico pedagógico e professores estão preparados, pedagogicamente, para desenvolver em sala de aulas o tema Educação Sexual na escola, com temas transversais, no sentido de tornar a pesquisa um instrumento que possui aspectos teóricos, metodológicos e práticos, deixando para trás procedimentos reducionistas que limita as possibilidades de busca pelo conhecimento.

Vejamos, a seguir, a técnica de coleta de dados utilizada com os professores.

Questionário – professor (a)

Durante as entrevistas, ou seja, a aplicação dos questionários (apesar de serem perguntas direcionadas) procurou-se manter um clima favorável para que o entrevistado pudesse se sentir livre e à vontade para responder as perguntas e, ao mesmo tempo, expor sua opinião acerca do que estava sendo questionado.

Em Apêndice se pode verificar o questionário que foi construído para ser aplicado com as professoras. Diante das questões, o questionário foi analisado de forma qualitativa em relação às respostas das professoras. É importante conhecer os argumentos que levaram as educadoras chegarem a tais respostas.

TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados a partir da técnica de entrevista semiestruturada, que direcionou perguntas abertas e fechadas. Com isso, os entrevistados tiveram a possibilidade de discorrer sobre o tema de forma direcionada e livre.

Sobre isso, Lakatos (2011) ressalta que a preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa, requer tempo e exige cuidados, como: o planejamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a alcançar; escolha do entrevistado, que deve ter familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a mesma, que foi marcada com antecedência para que o pesquisador se assegurasse de que seria recebido; as condições favoráveis para garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes.

Sobre a identificação dos entrevistados foi designada de acordo com as siglas dos nomes deles com o objetivo de manter em sigilo as respectivas identidades. Ressalta-se, que, os preceitos éticos que podem ser observados através de um termo de consentimento e de autorização que cada um dos informantes assinou. (APENDICE A²) (APENDICE B³).

Quanto às entrevistas, Chizzotti (2010) chama de abordagem técnica do trabalho de campo, o que possibilitou a identificação e descrição do assunto.

Sobre o estudo de caso, Triviños (2012, p.136) diz que é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente, de maneira singular, mesmo que, posteriormente, tenham sido observadas semelhanças com outros casos, retratando a realidade de forma completa e profunda.

² Termo de Autorização.

³ Termo de Consentimento.

5. ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

5.1. Análise de dados e resultados, conforme a aplicação do questionário.

5.2. Como ocorrem as práticas docentes acerca da orientação sexual na escola municipal gleba Pernambuco em Inhangapí-Pa.

Para coletar informes sobre como ocorrem as práticas docentes em relação a orientação sexual na Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí-Pa, conta-se com três categorias profissionais, as quais informa-se abaixo na tabela 1.

TABELA 1: INFORMAÇÃO DE NÚMERO E PORCENTAGEM REFERENTE A FUNÇÃO EXERCIDA PELO PROFISSIONAL

Função	Quantidade	Percentual
Gestora	01	25%
Técnica Pedagógica	01	25%
Professor (a)	02	50%
TOTAL	04	100%

Fonte: Acadêmica - 2018

Observa-se na tabela 1 acima, que em relação aos profissionais em suas funções que participaram da pesquisa e suas respectivas funções, destaca-se 01 gestora, 01 técnica e 02 professoras, onde em uma escala percentual de 100%, tanto a Gestora como a Técnica Pedagógica destacam-se com um percentual de 25% cada uma, ao passo que as 02 professoras somam 50%, totalizando os 100% da representação total.

5.2.1. Na concepção da Gestora

Para iniciar as colocações de cada sujeito entrevistado, aborda-se primeiramente a fala da gestora, que se declara ser do sexo feminino, e, é formada em Pedagogia.

TABELA 2: IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA - GESTORA

Nº	Sujeito	Idade	Sexo	Função	Formação Acadêmica	Tempo De Serviço
01	Gestora	XX	M	Gestora (01)	Pedagogia	XX

Fonte: Acadêmica - 2018

Percebe-se na tabela 2, a identificação do sujeito da pesquisa, e que em sua função como gestora da Escola.

Considerando as colocações da gestora a cerca das práticas docentes sobre como ocorre à orientação sexual na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gleba Pernambuco, em Inhangapí-Pa, perguntou-se: Enquanto gestora pedagógica, você considera que a escola é um lugar propício para promover a orientação sexual, justamente pela responsabilidade na educação dos alunos em colaboração coma família?. Ela então respondeu que “não”.

Ao tratar da questão, entende-se que as ações curriculares e nelas estão às práticas, são objeto de trabalho nos programas escolares; são sínteses de uma disputa sobre o que conta como saber científico/escolar em arranjos performáticos como os projetos ou as atividades extracurriculares sobre a orientação sexual na escola.

Nesse caso, a forma através da qual o currículo é organizado, os princípios em torno dos quais ele é elaborado e avaliado pelos docentes e, finalmente, a seleção do próprio conhecimento é crucial para entender o que, como são escolhidos e reproduzidos nas escolas. De tal modo que, as ações são produtos de diferentes influências que evidenciam a luta do campo escolar e seus atores pela definição dada aos assuntos que se quer trabalhar sobre a orientação sexual.

Sabe-se que a Educação Sexual é apresentada nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) como um tema transversal, que deve ser trabalhado de maneira inter e transdisciplinar, sendo que família e escola são fundamentais para que a Educação Sexual aconteça de forma produtiva e tranquila permitindo aos jovens a vivência plena e responsável da sua sexualidade.

Segundo Nunes e Silva (2006) “(...) Educação Sexual é formar a pessoa inteira para uma vivência gratificante e responsável de sua inalienável capacidade humana de desejar e ser desejado, amar e ser amado”. (NUNES e SILVA, 2006, p.126)

Indaguei sobre como gestora pedagógica, você considera que independente da LDB, as escolas deveriam adotar um trabalho organizado e contínuo de orientação sexual para jovens e adolescentes?. Ela afirmou que “sim”, e ainda argumentei o porquê, ela assim explicou:

O que observamos é que os nossos jovens a cada dia começam mais cedo a vida sexual sem nem uma responsabilidade, ou seja, a família não orienta deixando muitas das vezes a responsabilidade na escola por esse motivo precisamos de projetos direcionado com apoio de profissionais de todas as áreas.

É importante tomar cuidado ao darmos início à educação sexual nas escolas, no sentido de não cometermos erros, e levarmos o nosso aluno a conhecimentos tortuosos sobre o assunto, a ponto de legitimar as ideias preconceituosas, mas de chamar a família para assumir a sua responsabilidade com a questão.

Muitos dos nossos jovens já possuem vida sexual ativa e falam constantemente sobre sexo e sexualidade, contudo quando se trata de Educação Sexual, no tocante à saúde, prevenção e direitos, entre outros temas ligados a esta questão, parece que eles não estão muito preparados, visto que muitos são os casos de jovens com DST (doenças sexualmente transmissíveis) como também, é significativo o número de adolescentes grávidas.

Perguntei também a gestora, você considera que o professor (a) encontra-se preparado para conversar com os alunos, quando apresentam um problema sobre sexualidade?. Ela pronunciou que “não”. Indaguei o porquê ela colocou que; “Precisa-se de formações aos professores nesta área”.

Na escola, deve-se preocupar-se com aquele docente que já está a muito trabalhando em sala de aula, que mesmo com a experiência docente, não obteve a possibilidade de conhecer, de discutir, de pesquisar sobre essas temáticas, de na verdade ter uma formação, pois em nossas escolas constantemente nos deparamos com crianças em situação de risco e com jovens alunas grávidas que, em muitos casos, acabam abandonando a escola.

Questionei a diretora; você enquanto gestora considera que a sexualidade faz parte do desenvolvimento biológico e anatômico e a forma como for apresentado pelos pais e professores pode interferir no aprendizado e nas decisões dos jovens e adolescentes?. Ela respondeu que “sim”. E ainda disse que é por que, “não tem uma orientação, os jovens começam cedo a transar, engravidam e não tem estrutura para criar uma criança, deixando essas crianças por conta do mundo, essa é a verdade”.

A isso se observa que, fatos como estes nos mostram o despreparo da maioria dos jovens para lidar com questões da sexualidade, sendo primordial, portanto, atentar para a necessidade da existência da educação sexual nos cursos de formação dos educadores. Na escola devem existir momentos, nos quais os jovens possam manifestar os seus problemas, questionamentos e elaborar soluções para problemas das diversas questões que envolvam a sexualidade, tais como: DST/AIDS/prostituição, gravidez precoce ou indesejada, aborto entre outros problemas da sexualidade, bem como os tabus, crenças e valores a estes associados, de maneira que as suas opiniões sejam respeitadas e complementadas. O trabalho de orientação sexual na escola deve articular-se, portanto, com a promoção da saúde das crianças e dos

adolescentes possibilitando a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS, e demais problemas e temas relacionados à sexualidade.

Como sequência da entrevista, questioneei; segundo a proposta dos PCN's sobre a orientação sexual na escola, você considera que é indispensável à participação da família para que seja alcançado o êxito do desenvolvimento e aprendizagem do aluno?. Ela marcou a alternativa “sim”, e diz que é porque “a família é a que educa, e a escola deve complementar o que ele traz de casa”.

Enfim, este é um posicionamento impar, pois se acredita que um ponto de partida para trabalhar o tema sexualidade na escola seja conhecer as percepções de alunos, professores, pais, gestores e outro, pois possibilitará nortear a elaboração de propostas de trabalho e projetos para serem desenvolvidos na escola envolvendo a todos.

5.2.2. Na concepção da Técnica Pedagógica

Contando com as colocações da técnica pedagógica, que atua como profissional na função de Coordenadora Pedagógica na referida escola, ela tem 17 anos de tempo de serviço na instituição.

TABELA 3: IDENTIFICAÇÃO DA TÉCNICA PEDAGÓGICA

Nº	Nome	Idade	Sexo	Função	Formação Acadêmica	Tempo De Serviço
01	XXX	XXX	F	Técnica Pedagógica (01)	Pedagogia e Licenciatura em Informática	XXX

Fonte: Acadêmica - 2018

Em entrevista sobre como ocorrem às práticas docentes acerca da orientação sexual na Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí-Pa, em que se perguntou: você considera que os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), estabelecem a sexualidade como tema integrado que deve permear todo o corpo pedagógico por meio das diversas disciplinas, através de propostas?. Ela marcou a afirmativa “sim”, e ao ser perguntada, do porque, ela explicou que “As crianças e adolescente tem acesso com muitas informações que não podem ser controladas pelos pais, pois as mídias oferecem muitos conteúdos impróprios”.

Diante da colocação, entende-se que a Educação Sexual, deve ser trabalhada de maneira contextualizada preocupando-se em observar as diversidades e o contexto social, histórico, político, filosófico, emocional e espiritual no qual o sujeito se enquadra, permitindo

ao indivíduo a construção consciente e crítica de sua sexualidade.

Assim, em um projeto (...) sobre a sexualidade devemos levar em conta a dinâmica da evolução psicofísica da criança atentando especialmente para suas necessidades e interesses que estão diretamente ligados a sua vivência cultural, segundo, seu estágio de maturidade emocional e intelectual. (NUNES e SILVA, 2006, p.94)

Ainda de acordo com os autores, a educação sexual busca identificar estereótipos sexuais e questionar seus fundamentos e representações. Contudo, percebe-se que a sexualidade não encontra espaço nem em casa e escola, sendo que muitas vezes quando esta é tratada na escola esconde-se sob o véu da saúde e da prevenção, deixando de lado o espaço para o debate e as reflexões a respeito de todas as suas diferentes formas de se manifestar.

Nesse entendimento, segundo Foucault (2015): “A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade de função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo (...) reservando-se o princípio do segredo”. (FOUCAULT, 2015, p.10)

Prosseguindo indaguei, diante da Educação Sexual, você considera que os educadores estão preparados para ajudar os alunos perante um problema relacionado com o tema da sexualidade?. Ela optou pela alternativa “sim”. Contudo, respondeu “sabemos de onde vem os problemas, muitas vezes são gerados na família e cabe aos educadores fazerem um trabalho de conscientização sobre sexo, sexualidade e outros contextos com o tema”.

Diante da colocação, reporta-se aos conceitos de sexo e sexualidade, pois são conceitos essenciais que se correlacionam na pesquisa com ao de Educação Sexual, definida por Nunes e Silva (2006) da seguinte forma:

Entendemos por EDUCAÇÃO SEXUAL o conjunto de informações, práticas, valores, habilidades, significações e expressões da SEXUALIDADE em sociedade. Assim, todas as pessoas recebem uma forma de Educação Sexual. Quando recebemos aquela Educação Sexual tradicional, isto é voltada para a compreensão, assimilação, significação e vivência da Sexualidade de maneira conservadora, compreendida a partir dos papéis tradicionais, estamos sendo formados e educados para um tipo de ação sobre nosso corpo, desejo e Sexualidade. Trata-se da Educação Sexual tradicional, marcada pelas características do medo, vergonha, repressão e preconceitos. (NUNES e SILVA, 2006, p.13)

Assim sendo, a maioria das pessoas que são educadas sexualmente para a não vivência plena da sua sexualidade, mas sim para uma vivência sexual marcada pela culpa e pelo medo o que faz com que tanto homens quanto mulheres não se sintam realmente capazes de decidir como, quando e com quem podem vivenciar a sua sexualidade. Sendo que muitas vezes as pessoas omitem e reprimem seus desejos de maneira a se enquadrarem em um modelo de

sexualidade que seja mais aceito socialmente, ainda que para isso percam as suas identidades. Outro sim, também se pode considerar que, cada pessoa defina sua escolha da forma que lhe convém segundo seus princípios, valores, religião, etc.

Como indagação, se procedeu; no que se refere à orientação sexual na escola, a Coordenação Pedagógica tem se preparado para trabalhar tabus e mitos, as quais são consideradas apenas da maneira biológica, enfatizando a anatomia e o funcionamento do sistema reprodutor do homem e da mulher em relação às doenças sexualmente transmissíveis (DST's). A técnica pedagógica referiu-se a opção “sim”, onde afirma que “A sociedade mudou e não devemos ficar alheios a certas mudanças, portanto cabe aos coordenados buscar estratégias adequadas para conscientizar os educandos sobre as (DST's) e outros assuntos”.

A partir da colocação da profissional, acredita-se que essa orientação cada vez mais se torna necessária, pois de uma maneira ou de outra ela sempre acontece, ainda que de forma tímida, omissa ou repressiva. Pois ao se calarem sobre a Sexualidade, a família e a escola acabam educando sexualmente para o medo, vergonha, fazendo transparecer aos jovens que o Sexo e a Sexualidade não devem ser debatidos. Contudo, nos dias atuais cada vez mais o assunto e diversas questões ligadas a estes temas chegam mais facilmente a qualquer um que disponha de internet ou de TV, a qual explora de maneira aberta esta temática e quase nunca se dispõe a educar sexualmente, mas apenas estimula comportamentos eróticos. Sobretudo após o avanço da internet, conteúdos altamente eróticos e até pornográficos se tornaram de fácil acesso para qualquer pessoa que afirme ter mais de 18 anos.

Dessa forma, ao se calarem sobre o tema, os pais e a escola acabam deixando os jovens sem informações sendo que como a curiosidade é algo natural, eles irão buscar, seja com amigos em revistas, na TV ou em sites na internet, os quais nem sempre são confiáveis e preocupados em garantir a segurança a saúde e o bem-estar destes jovens.

Nesse entendimento se perguntou; a coordenação pedagógica considera que a escola está preparada para trabalhar a orientação sexual no seu ambiente escolar?. Ela indicou a alternativa “sim”, e reiterou; “atualmente contamos com professores capacitados e a escola está comprometida com todo esse aparato para desenvolver um bom trabalho”.

Entretanto, é salutar colocar que a Educação Sexual não pode e não deve se limitar a trabalhar as questões ligadas à prevenção e aos aspectos biológicos, apesar destes serem de suma importância e representarem importantes pontos de incertezas e dúvidas de jovens e adolescentes de ambos os sexos. Porém, a sexualidade é algo bem mais amplo e complexo não estando restrita somente aos aspectos físicos, anatômicos preventivos e biológicos, mas abrangendo também aspectos culturais, psicológicos históricos e emocionais do indivíduo,

sendo de grande importância a vivência plena e saudável da sexualidade, para que os indivíduos de ambos os sexos se sintam bem consigo mesmos.

Finalmente, se indagou; você considera que para a escola trabalhar a questão da sexualidade é necessária a participação da família para o sucesso do desenvolvimento do ensino aprendizagem do aluno?. A técnica pedagógica afirma na alternativa que “sim” e assegura que “é por que os pais devem está informado sobre todas as ações desenvolvidas no âmbito escolar inclusive para evitar problemas posteriores”.

Nesse sentido acredita-se que seja evidente a responsabilidade que a família tem com as crianças e adolescentes, porém já não é possível afirmar que é na família que se encontra um trabalho de orientação para com o tema sobre a sexualidade. Sabe-se que são muitos os problemas vivenciados pelas famílias como: o álcool, a falta de respeito e até as dificuldades financeiras. E é na escola que se convive com alunos de diversos modelos familiares, mas com toda certeza uma coisa, pode-se afirmar, o aluno tem um responsável, seja os pais, os avós, irmãos ou quem possua sua guarda, e que essa pessoa tem por obrigação legal de zelar por sua sobrevivência e educação num ambiente agradável, seguro que propicie seu desenvolvimento global.

5.2.3. Na concepção dos Professores (as)

Para saber o posicionamento dos professores, sobre como ocorrem às práticas docentes acerca da orientação sexual na Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí-Pa, buscou-se fazer contato com dois professores, dos quais se passa a caracterizar cada um na tabela 3 abaixo.

TABELA 4: CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Nº	Nome	Idade	Sexo	Função	Formação Acadêmica	Tempo De Serviço
01	XXX	XXX	M	Professor (01)	Pedagogia	XXX
02	XXX	XXX	M	Professor (02)	Pedagogia	XXX

Fonte: Acadêmica - 2018

Segundo a tabela acima, percebe-se que os dois professores, são do sexo masculino, são formados em Pedagogia.

Como formação, os dois são licenciados em Pedagogia e atuam em classe. Nessa

sequência de perguntas se destaca a concepção de cada profissional sobre cada questão.

Sobre a primeira pergunta se eles se sentem preparados para atuar junto aos educandos sobre sexualidade em sala de aula, dispõe-se na tabela cada posicionamento.

TABELA 5: SE SENTE PREPARADO PARA ATUAR JUNTO AOS EDUCANDOS SOBRE SEXUALIDADE EM SALA DE AULA

Nº	Questão	Professor 1/2	Alternativa Sim/Não	Por Quê?
01	Se sente preparado para atuar junto aos educandos sobre sexualidade em sala de aula	Professor 1	Sim	No meu pensamento, o professor não deve se omitir de suas funções, se o professor não falar os educandos vão ficar à mercê da aprendizagem da rua, que é bastante complexa e prejudicial para aprendizagem da sexualidade.
02		Professor 2	Não	Falar de sexualidade em sala de aula dos anos iniciais é algo muito difícil já que os profissionais não estão totalmente preparados para trabalhar o tema.

Fonte: Acadêmica - 2018

Percebe-se na colocação, que, não cabe ao educador ensinar sexualidade, ou qualificar comportamentos como certos ou errados, mas sim oportunizar ao jovem, espaços para a construção de saberes sólidos, críticos e desfragmentados que observem o jovem por inteiro percebendo a sexualidade em todas as suas dimensões política, social, psicológica, cultural e emocional de forma crítica e livre.

Acredita-se ainda, ser fundamental trabalharmos também outros conceitos, que igualmente estão diretamente ligados à expressão da sexualidade, como quem nasce mulheres ou homens, se identifica segundo sua personalidade, valores, etc. Contudo há que se respeitar, entender e até ajudar as pessoas a se compreenderem e se conhecerem melhor enquanto seres humanos.

Para a segunda questão, arriscou-se indagar aos professores assim: Você em sua sala de aula já abordou sobre a importância do uso do preservativo com os alunos no combate a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS)?

A tabela abaixo explica o pronunciamento de cada professor.

TABELA 6: JÁ ABORDOU SOBRE A IMPORTÂNCIA DO USO DO PRESERVATIVO COM OS ALUNOS NO COMBATE A GRAVIDEZ E AS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DST/AIDS)?

Nº	Questão	Professor 1/2	Alternativa Sim/Não	Por Quê?
01	Já abordou sobre a importância do uso do preservativo com os alunos no combate a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS)	Professor 1	Não	Não, por que, a faixa etária dos meus alunos ainda não permite, é de 8 aos 11 anos de idade.
02	Já abordou sobre a importância do uso do preservativo com os alunos no combate a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS)	Professor 2	Não	E um tema muito polêmico para trabalhar sem que o professor tenha uma formação adequada do assunto.

Fonte: Acadêmica – 2018

Percebe-se nas colocações que, o primeiro professor expressa não ter trabalhado o contexto, e o segundo professor coloca a necessidade de ter uma formação adequada que de respaldo para um bom trabalho.

Como indagação para a terceira pergunta destaca-se, você considera que a orientação sexual deve fazer parte da formação do aluno como tema transversal em sala de aula?. As respostas desta questão estão na tabela abaixo.

TABELA 7: VOCÊ CONSIDERA QUE A ORIENTAÇÃO SEXUAL DEVE FAZER PARTE DA FORMAÇÃO DO ALUNO COMO TEMA TRANSVERSAL EM SALA DE AULA?

Nº	Questão	Professor 1/2	Alternativa Sim/Não	Por Quê?
01	Você considera que a orientação sexual deve fazer parte da formação do aluno como tema transversal em sala de aula?	Professor 1	Sim	Para que esse aluno esteja bem orientado na construção de sua adolescência e de sua vida adulta.
02	Você considera que a orientação sexual deve fazer parte da formação do aluno como tema transversal em sala de aula?	Professor 2	Sim	Desde que a família esteja junto da escola fazendo trabalho conjunto.

Fonte: Acadêmica - 2018

Compreende-se nas colocações dos professores que a educação sexual nas escolas, deve estar presente no cotidiano escolar de maneira transversal, inter e transdisciplinar, e ser responsabilidade de todos os professores, contudo aqueles que mais se identificarem poderão ficar responsáveis pela Educação Sexual, e deverão lidar com as questões ligadas a esta temática de forma, madura, tranquila, segura, e procurando respeitar os diferentes pontos de vista. Contudo, nossos jovens não estão preparados para ter uma vida sexualmente ativa, necessitando dessa forma de um espaço organizado que lhes possibilite conhecer não só os

aspectos físicos de seu corpo, mas também que lhe possibilite o raciocínio crítico sobre a sexualidade em suas mais diferentes manifestações.

De acordo com os PCNs (1997) a interdisciplinaridade, busca derrubar as barreiras existentes entre as diversas áreas do conhecimento, apresentando uma preocupação mais epistemológica enquanto que a transversalidades busca possibilitar conhecimentos teóricos e sistematizados sobre a realidade e na realidade.

Na prática pedagógica, interdisciplinaridade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos Temas Transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extraescolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos. (BRASIL, 1997, p. 31)

Acredita-se que o aluno deve sentir-se seguro e com autonomia para tomar as suas decisões, buscando seus direitos e exercendo seus deveres. Os PCNs, ao tratar da Educação Sexual afirma que esta temática deve ser tratada dentro de uma perspectiva transdisciplinar, possibilitando ao educando uma visão ampla e que permita uma reflexão crítica da realidade. Figueiró, (2003) pontua:

Considerando que todo esse processo tem exigido novas atitudes dos educadores, creio que a temática “sexualidade” pode ser um ponto capital na formação continuada, ou seja, no exercício de busca de crescimento pessoal e profissional do professor. Penso que se a formação continuada, for desenvolvida tendo como centro a sexualidade, poderá haver significativo progresso no relacionamento professor aluno e em todo o processo de ensino e aprendizagem. (FIGUEIRÓ, 2006, p.93)

Entretanto, apesar da sexualidade ser um tema transversal presente nos (PCNs), a maioria dos livros didáticos que tratam do tema, continua se prendendo a características físicas e biológicas e a descrição dos aparelhos reprodutivos e as suas funções. E ainda, a educação sexual é algo mais amplo do que a Educação para a prevenção, demonstrando perceberem a amplitude do tema.

Muito além de auxiliar na redução da gravidez precoce e/ ou indesejada e do índice de doenças sexualmente transmissíveis (DST), Incluído Aids, a Educação Sexual deve ser realizada a fim de contribuir para o desenvolvimento integral da personalidade do educando e, conseqüentemente, para a sua qualidade de vida.(...). (FIGUEIRÓ, 2006, p.17)

Em referência a quarta pergunta, se o tema sobre orientação sexual para ser desenvolvido em sala de aula, é necessário que o professor receba uma capacitação antes de

atuar, junto aos educando?. As colocações constam da tabela abaixo.

TABELA 8: O TEMA SOBRE ORIENTAÇÃO SEXUAL PARA SER DESENVOLVIDO EM SALA DE AULA, É NECESSÁRIO QUE O PROFESSOR RECEBA UMA CAPACITAÇÃO ANTES DE ATUAR, JUNTO AOS EDUCANDO?

Nº	Questão	Professor 1/2	Alternativa Sim/Não	Por Quê?
01	O tema sobre orientação sexual para ser desenvolvido em sala de aula, é necessário que o professor receba uma capacitação antes de atuar, junto aos educando?	Professor 1	Sim	Para adquirir mais conhecimento nesta área que é bastante conflituosa na área da educação, tanto para educando como para o educador e também para a família.
02		Professor 2	Sim	Precisamos estar preparados pedagogicamente para trabalhar esse tema, principalmente com os alunos dos anos iniciais.

Fonte: Acadêmica - 2018

A tabela 8 nos esclarece que, para que o professor desenvolva o assunto em sala de aula, ele deve estar munido de conhecimentos para trabalhar o assunto com os alunos dos anos iniciais.

Acredita-se que, uma vez que o tema sobre orientação sexual para ser desenvolvido em sala de aula, os professores devem receber uma capacitação, concorda-se com o que afirma Nunes e Silva (2006), “a educação sexual só acontece quando é assumida pela escola toda, que deve percebê-la como dimensão básica e fundamental do processo humano e educativo, necessário para a formação global do indivíduo”.

Desse modo, se faz necessário que a escola, desenvolva a educação sexual de maneira a possibilitar aos alunos a construção de conhecimentos de maneira que lhes possibilite conhecer seus corpos, se prevenirem, saber cuidarem-se, para então opinar pelo melhor para si em relação a sua sexualidade. Diante disso, os PCN’s propõem que:

O trabalho de educação sexual não deve limitar-se aos aspectos fisiológicos devendo estar presente em todas as disciplinas e ser apresentado e trabalhado através de várias dinâmicas tais como jogos, filmes, vídeos, entre outros. Sendo que em todos esses recursos devem ser abordadas questões da vida real, e os jovens devem ter espaço para relatar fatos, discutir, refletir e opinar sobre os temas abordados. (PCN/MEC, 1997, p. 129)

Além disso, se faz necessário que haja também a formação de todo o corpo de funcionários da escola, visto que eles também devem participar do processo educativo dos alunos, sendo preciso também que haja a melhoria das condições de trabalho do professor

como um todo, passando pelas condições físicas da escola, dos materiais didáticos, do salário e da adequação da carga horária de preferência somente em uma escola, para que ele possa ter tempo para estudar e melhor preparar as suas aulas.

Considerando a quinta questão realizada, perguntou-se; enquanto educador, você considera que a sexualidade é um tema “polêmico”, mas necessário para se trabalhar nas escolas?. Segue as ponderações referentes à questão, na colocação dos dois professores.

TABELA 9: ENQUANTO EDUCADOR, VOCÊ CONSIDERA QUE A SEXUALIDADE É UM TEMA “POLÊMICO”, MAS NECESSÁRIO PARA SE TRABALHAR NAS ESCOLAS?

Nº	Questão	Professor 1/2	Alternativa Sim/Não	Por Quê?
01	Enquanto educador, você considera que a sexualidade é um tema “polêmico”, mas necessário para se trabalhar nas escolas?	Professor 1	Sim	Porque as famílias ainda não estão preparadas psicologicamente, para um diálogo mais flexível com seus filhos, por esta razão não aceitam que a escola intervenha na vida de seus filhos.
02		Professor 2	Sim	Tendo em vista que o ato sexual vem sendo praticado principalmente a partir da adolescência, há a necessidade de prevenção contra as DST.

Fonte: Acadêmica - 2018

A partir do pronunciamento dos sujeitos da pesquisa, na tabela 9, percebe-se a importância e necessidade de se abordar o tema nas escolas, desenvolver um trabalho com Projetos para saberem como ocorrem as práticas docentes acerca da orientação sexual na Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí-Pa, podendo envolver a todos os segmentos escolares, e deles principalmente os pais, pois estes devem ser bem esclarecidos para que possam ajudar a orientar seus filhos hoje na contemporaneidade.

Acredita-se ser fundamental o papel da família e da escola no desenvolvimento de ações e atividades que tratem da Educação Sexual, visto que as questões ligadas ao sexo e à sexualidade permeiam as relações sociais e estão presentes em ambientes diversos sendo, portanto, importante que, em um ambiente como a escola, a igreja e outros espaços públicos sejam fomentados debates e discussões que visem educar sexualmente correto os nossos alunos, jovens, para que eles saibam se defender de abusos, busquem saber se defender, e possam vivenciar a sexualidade baseada no respeito mútuo, sendo fundamental a participação da escola neste processo.

O reconhecimento do papel da escola na Educação Sexual pode ser acentuado na medida em que há a conscientização de que, através da educação sexual, especialmente da pública, é possível atingir um grande número de crianças e adolescentes. (FIGUEIRÓ, 2006, p.90)

Acredita-se que a educação sexual na escola requer a reflexão, que busca significados, a que promove conhecimento sobre a sexualidade sem discriminação, preconceitos, mas sim promovendo um comportamento de responsabilidade consigo e com o outro, valorizando o indivíduo e estimulando o respeito mútuo. Assim, Nunes e Silva (2006) citam: na verdade, não há outra escolha: ou recebemos uma educação sexual tradicional, cheia de preconceitos históricos e tabus, ou assumimos uma educação emancipatória, existencialmente, significativa e socialmente responsável. (NUNES e SILVA, 2006, p.14)

Desse modo, entende-se que a orientação sexual nas práticas pedagógicas na Escola Gleba Pernambuco, deve ser implementada a partir da construção de uma sexualidade mais com conhecimento de causa, responsável, saudável, permitida a partir da concepção de cada um, e menos envolta em mistério.

Finalmente entende-se que a sexualidade ainda gera polêmica estando ao mesmo tempo presente e ausente nas nossas discussões, percebemos ainda que a maioria dos trabalhos que abordam a Educação Sexual acaba se prendendo às questões biológicas e preventivas, contudo alguns pesquisadores e autores tais como: Nunes e Silva, Junqueira e Louro entre outros educadores, já atentaram para a necessidade de se ampliar as discussões para questões relacionadas a outros aspectos da sexualidade dentre eles a diversidade sexual, violência e abuso sexual percebendo a vivência sexual não apenas como algo naturalmente dado, mas sim dentro de uma perspectiva mais ampla, contextualizada histórica, política, psicológica, emocional e culturalmente, entendendo que os Direitos Sexuais também são Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados sobre Educação Sexual buscou-se investigar e compreender os pontos significativos que possam contribuir com as práticas docentes pedagógicas desenvolvidas no processo ensino e aprendizagem do aluno acerca da temática em questão, uma vez que os estudos sobre a História da educação sexual, nos têm demonstrado, conforme a pesquisa realizada, que tal enfoque sempre esteve ausente dos currículos escolares, mas ao mesmo tempo, de certo modo, ela sempre esteve presente na fala repressiva, no aconselhamento, nos sermões e até mesmo no silêncio de cada sujeito envolvido no processo humano. Pois, na medida que se cala sobre o fenômeno da sexualidade, neste momento, a família e a escola também fazem um tipo de educação sexual, apenas com uma diferença, não pautado em construção de saberes, mas sim, em uma educação sexual baseada no medo e na vergonha, associado a algo proibido, sem uma orientação precisa principalmente para os alunos nas escolas.

Conforme os estudos, a sexualidade abrange muito mais do que simplesmente o sexo como marca biológica, visto que a vivência sexual envolve aspectos culturais, morais, éticos, sociais, afetivos, históricos, políticos e religiosos. Sendo que os valores morais e a vivência desses valores que se manifestam pelas ações e comportamentos oscilam de cultura para cultura, fatos aceitos por uns e por outros não, em uma determinada época e sociedade, e podem ser percebidos como inadequados em outra época, ou para outra cultura.

Hoje, em nossa sociedade do conhecimento nos instiga, uma vez que o mundo ficou pequeno e um número cada vez maior de informações chega mais rápido para um número maior de pessoas. Por isso, não basta informar, é necessário, desenvolver no indivíduo a capacidade crítica de questionar e refletir sobre o que está sendo informado.

Quanto, em relação ao sexo, isto também é uma realidade, as questões ligadas a esta temática invadem nossas casas seja por meio da mídia ou através das conversas cotidianas, contudo muito se fala sobre esta questão e pouco se obtém um resultado orientador positivo, com base a fundamentações e estudos que possam nos ajudar a trabalhar os jovens em relação as suas dúvidas e esclarecimento para o problema.

Ao realizarmos os estudos sobre a sexualidade a qual é inerente a natureza humana, se pode perceber, o quanto as pessoas ainda se incomodam em falar sobre as questões que envolvem sua natureza, como se o corpo fosse desprovido de prazer e desejo, fazendo disso, uma apologia ao pecado, ao mal.

Além disso, os estudos desenvolvidos sobre a sexualidade e sexo, mostraram que mesmo diante de um conteúdo de informações culturais e educacionais, através de propagandas no combate ao aborto, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, DST/AIDS. Sendo assim, podemos perceber que muitos ainda, associam a Educação Sexual, a algo que não precisa ser discutido na escola, visto que para eles não é necessário falar de sexo, como se a escola fosse ensinar o aluno a fazer sexo, como se sexualidade se limitasse ao ato sexual e como se Educação Sexual fosse relacionada ao ensino da prática do sexo.

Neste sentido, quando nos propomos a discutir e abordar a temática sobre Educação Sexual, sabíamos que enfrentaríamos algumas barreiras, visto que muitos professores, pais e alunos ainda não se deram conta da necessidade e da importância do tema. Contudo, após realizarmos a pesquisa bibliográfica, confirmamos a urgência do desenvolvimento de ações, esclarecimentos que fomentem o debate em torno das questões diversas ligadas a esta questão.

Agora, diante dos fundamentos adquiridos em torno da relevância da Educação Sexual na escola, a mesma não pode se eximir de sua responsabilidade em relação a esta questão, salvo a grande importância e responsabilidade da família. Sabe-se que a escola tem uma responsabilidade enorme e um grande trabalho a realizar em relação à educação sexual. Sendo que para a realização desta tarefa, não basta apenas informar, ou oferecer ações e atividades esporádicas em torno da questão, deve ser urgente o desenvolvimento de ações que abordem o tema de maneira ampla, sem preconceitos, mitos ou tabus, que impeçam a discussão ampla dos temas a ela relacionados.

Diante disso, é necessário que a Educação Sexual ocorra desde a Educação Infantil, sendo que ela pode e deve estar presente em todos os conteúdos e disciplinas, e ainda no Projeto Político Pedagógico da escola, a fim de que realmente ações ligadas a ela sejam desenvolvidas. Porém educar sexualmente, não é falar de sexo, nem reprimir ou tentar enquadrar os alunos em modelos de comportamentos considerados ideais e aceitos como certos pelo educador, mas sim, desenvolver no educando a consciência crítica e estimular a reflexão e a construção de conhecimentos sólidos que lhes permitam saber e conhecer bem o assunto, percebendo que o mais importante da vivência, da sexualidade é estar bem consigo mesmo e entendendo que é necessário que esta vivência se baseie no seu autoconhecimento e autorespeito e no respeito com o outro.

Conforme os estudos bibliográficos realizados percebemos, um grande número de jovens que iniciam a vida sexual muito cedo e infelizmente, muitos deles ainda não sabem como se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis e nem de gravidez indesejada, o que

resulta em jovens meninas que recém-saídas da adolescência já se tornaram mães ou que já realizaram abortos. Essa colocação é destacada nas respostas dadas em nossos questionários aplicados para gestor, técnico pedagógico e professor.

Por isso, nos estudos realizados com base no censo, nos mostrou que a gravidez na adolescência está muito expressa que as jovens, muitas das quais foram mães ainda no início da adolescência e não contaram com seus companheiros, e acabaram tendo que criar sozinhas seus filhos, e ainda abandonaram a escola.

Em meio a essa problemática, mais do que nunca, nos estudos ficou claro, que diante de tantas mudanças sociais que estamos vivendo com nossos alunos, a escola precisa discutir sobre questões que estão acontecendo e que afetam diretamente a vida de cada educando. Por isso, professores e pais, devem estar sendo esclarecidos através de palestras pontuais, informações sobre prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez indesejada, além de informações biológicas, necessárias para a orientação sexual do aluno.

Portanto, ressaltamos que os estudos desenvolvidos acerca da educação sexual, não se esgota nesta pesquisa, na medida em que exige um novo olhar, onde a escola e a família se unam nessa tarefa de educar sexualmente seus jovens, visto que o sexo, o erotismo e até a pornografia hoje, tem livre e fácil acesso aos nossos lares, sendo que contudo, na maioria das vezes estas informações não são debatidas por pais e filhos, menos pela escola, a qual tem uma tarefa importante em relação a esta questão, visto que muitas das vezes a famílias nem sempre contam com informações e com os conhecimentos necessários para levarem adiante este debate. Além, de ser um fator de grande preocupação, o fato de muitas dessas crianças estarem sob condições de risco ou sofrendo abusos sexuais dentro da própria família.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. Los tabus sexuales y el derecho hoy. In:____. **Intervenciones** – nueve modelos de crítica. Caracas: Monte Avila Editores, 1969. p. 91-115.

ARRUDA, Valéria Regina Ferrari. **Formação de educadores(as) sexuais no ensino fundamental.** 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducação.pr.gov.br/portais/pde/arquivos/2292-8.pdf>> Acesso em: Ago. 2018.

BANDURA, Albert; AZZI, Roberta G.; Polydoro, Soely. **Teoria social cognitiva: conceitos básicos.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

BOCK, A. M. B. **Discutindo a concepção de adolescência.** 2001. RE-criação, 3(1).

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação.** Portugal: Porto Editora, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96 de 20/12/1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção á Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006, 41f.

BRUCKNER, P.; FINKIELKRAUT, A. **A nova desordem amorosa.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

CATONNE, Jean-Philippe. **A Sexualidade, Ontem e Hoje.** São Paulo. Cortez, 1994. Tradução: Michele Iris Koralck. Coleção: Questões da Nossa Época. Volume 40.

CARLAN, C. FUNARI, P. P. A. **Moedas: A Numismática e o Estudo da História.** São Paulo: Annablume, 2012.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. RIBEIRO, Claudia. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal.** São Paulo: moderna, 1999.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida.** SP: Brasiliense, 1985.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

CONCEIÇÃO, I.S.C. Educação sexual. In: VITIELLO, N. et al. Adolescência hoje. São Paulo: Roca, 1988. p. 71-76.

COSTA, Maria Tereza. **Sexualidade na adolescência: dilemas e crescimento**. 8. ed. São Paulo: L & PM Editores, 2000.

CUNHA, Maria da Conceição Melo do. **A importância dentro de mim – educação sexualizada de jovens com deficiência mental**. IN: Caderno de textos, Educação, Arte, Inclusão / organização. André Andries. Vol 1, n. 1. Rio de Janeiro: Funarte, 2006.

DOMINGOS, Andreia Couto. **Gravidez na adolescência: enfrentamento na estratégia de saúde da família**. Minas Gerais, 2010.

EGYPTO, A. C. **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. SP: CORTEZ, 2003.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico, **Formação de Educadores Sexuais, Adiar não é mais possível**. Londrina, Mercado das Letras, 2006.

FIGUEIREDO, Adriana de Oliveira Gonçalves. et al. **A influência televisiva como desencadeadora da erotização infantil na contemporaneidade (3-5 anos)**. Pedagogia em ação, Minas Gerais, v. 1, n. 2, ago./nov., 2009. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/1084/1132>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2 Ed. RJ: Editora: Paz & Terra, 2015.

FREUD, S. (1905). **Três ensaios sobre uma teoria da sexualidade**. In: FREUD, S. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1989. 7v.

FUCS, Gilda Bacal. **Por que o sexo é bom?: Orientação para todas as idades**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed Rosa dos tempos. 1993.

GAYA, A. **Será o corpo humano obsoleto? Sociologias**. 2005. 13, 324-337.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDBERG, M.A.A. **Educação sexual: uma proposta, um desafio**. 2. ed. SP: Cortez, 1984.

GUILLEBAUD, J. C. **A tirania do prazer**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

GUIMARÃES, E. M. B; COLLI, A. S. **Gravidez na adolescência**. Goiania: CEGRAF, 1998.

HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; KNAUTH, D. R.; BOZON, M. (Orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

HOLANDA, Marília Lima de. et al. **Compreensão dos pais sobre exposição dos filhos aos riscos das DST/Aids.** Rev. Rene, v 7, n.1, p. 27-34, abr./jun. 2006.

HOLANDA, Marília Lima de. et al. **O papel do professor na educação sexual de adolescentes.** 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/20371/13540>. Acesso em: Ago. 2018.

LOBO, F.; ATHAYDE, P. de. Liberdade ou Rendição? **Carta capital**, São Paulo, 04 de maio de 2005. p. 12-17.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **O desenvolvimento da sexualidade na infância.** In: MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; MAIA, Ari Fernando (Org.). Sexualidade e Infância. Bauru: FC/CECEMCA: Brasília: MEC/SEF, 2005. 204 p. (Cadernos Cecemca, n.1).

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MOKWA, Valéria Marta Nonato Fernandes. **Representações sociais de educadores do ensino fundamental sobre sexualidade.** Gênero, Sexualidade e Educação, n.6, p.1-6 2004. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/GT23-2362--Int.pdf>. Acesso em: 02 Ago. 2018.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade.** Campinas: Papirus, 1987.

NUNES, César Aparecido. Filosofia, **Sexualidade e Educação: As relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar.** Tese de Doutorado em Educação Unicamp, 1996.

NUNES, César. SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade.** Campinas: Autores associados, 2006.

OLIVEIRA, Francisco José Cabral de. DIAZ, Margarita. **Afetividade e sexualidade na educação, um novo olhar.** Secretaria de Educação de Minas Gerais / Fund. Odebrecht, 1998.

ORTTH, Edgar. **Educação sexual da criança.** 11ª ed. Petrópolis. RJ: Ed. Vozes, 1996.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa:** Abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2012.

PARKER, R.G. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo.** São Paulo: Best Seller, 1991. 295p.

PELEGRINI, T. **Imagens do corpo**: reflexões sobre as acepções corporais construídas pelas sociedades ocidentais. [versão online]. 2006. Revista Urutágua, 08. Disponível em: www.urutagua.uem.br/008/08edu_pelegrini.htm. Acesso em 12 de Ago. 2018.

RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-44.

REIS, G.V.; RIBEIRO, P.R.M.R. **Sexualidade e Educação Escolar**: algumas reflexões sobre orientação na escola. Em MAIA, A.C.B.; MAIA, A.F. (Orgs.). Sexualidade e infância. Caderno CECEMCA. Bauru: CECEMCA/UNESP; Brasília: MEC/SEF, 2005.

REVISTA ISTO É. **Sexo cada vez mais cedo**. Edição 2056. Maio 2009.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; REIS, Giselle Volpato dos. **José de Albuquerque e a educação sexual nas primeiras décadas do século XX**: um estudo bibliográfico. In: Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Poços de Caldas, 2003. (CDRom).

RIBEIRO, E. R, Barbieri M. A, Bettiol H, Silva AA. **Comparação entre duas coortes de mães adolescentes em município do Sudeste do Brasil**. Rev Saúde Pública 2002.

ROSÁRIO, N. M. **Mundo contemporâneo**: corpo em metamorphose. 2006. [versão online]. Disponível em: http://www.comunica.unisinos.br/semiotica/nisia_semiotica/conteudos/corpo.htm. Acesso em 12 de Ago. 2018.

SANTOS, M. A. **Orientação sexual no 1º e 2º ciclos do ensino fundamental**: uma realidade distante? (Monografia). Faculdade de Pedagogia, UFRN, Rio Grande do Norte. 2001.

SALES, J.M. de. **Os pais dos adolescentes**. In: VITIELLO, N. et al. Adolescência hoje. São Paulo: Roca, 1988. p.29-34.

SARMENTO R., **Gravidez na Adolescência**: Amor, Busca, Desencontro?, IV Congresso Brasileiro de Adolescência, Recife-PE, Maio de 1991.

SILVA, Edna Aparecida da. **Filosofia, Educação e Educação Sexual**: matrizes filosóficas e determinações pedagógicas do pensamento de Freud, Reich e Foucault para a abordagem educacional da Sexualidade Humana. Tese de doutorado. Faculdade de Educação – UNICAMP, 2001.

SILVA, Kelly Cristina. **As aplicações da sexualidade infantil e a orientação sexual nas instituições escolares**. 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/14248/1/AS-IMPLICACOES-DA-SEXUALIDADE-INFANTIL-E-A-ORIENTACAO-SEXUAL-NAS-INSTITUICOES-ESCOLARES/pagina1.html>. Acesso em: 10 Ago. 2018.

SHOWALTER, E. **Anarquia sexual** – sexo e cultura no fin de Siècle. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

SOUZA, H. P. de. **Orientação Sexual: conscientização, necessidade e realidade**. 1 ed., 6ª impressão, Curitiba: JURUÁ, 1999.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

SUPLICY, Marta. **Papai, mamãe e eu: o desenvolvimento sexual da criança de zero a dez anos**. São Paulo: FTD, 1999.

TELES, Maria Luíza Silveira. **Educação, a revolução necessária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

TIBA, Içami. **Adolescência o despertar do sexo**. São Paulo: gente, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus. 1989.

VITIELLO, N. **A educação sexual necessária**. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-28, 1995.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, política e educação**. Campinas, SP: Ed. Autores associados, 1998.

APÊNDICE

Questionário I

Público Alvo: Gestor (a)

I – DADOS PESSOAIS

Nome			
Idade		Sexo	
Função			
Formação Acadêmica			
Tempo De Serviço			

1 – Enquanto gestor(a) pedagógico, você considera que a escola é um lugar propício para promover a orientação sexual, justamente pela responsabilidade na educação dos alunos em colaboração com a família?

() sim () não

2 – Como gestor(a) pedagógico, você considera que independente da LDB, as escolas deveriam adotar um trabalho organizado e contínuo de orientação sexual para jovens e adolescente?

() sim () não

Por que?

3 – Você considera que o professor (a) encontra-se preparado para conversar com os alunos, quando apresentam um problema sobre sexualidade?

() sim () não

Por que?

4 – Você enquanto gestor, considera que a sexualidade faz parte do desenvolvimento biológico e anatômico e a forma como for apresentado pelos pais e professores pode interferir no aprendizado e nas decisões dos jovens e adolescentes?

() sim () não

Por que?

5 – Segundo a proposta dos PCN's sobre educação sexual na escola, você considera que é indispensável a participação da família para que seja alcançado o êxito do desenvolvimento e aprendizagem do aluno?

() sim () não

Por que?

Questionário II

Público Alvo: Técnico Pedagógico (a)

I – DADOS PESSOAIS

Nome			
Idade		Sexo	
Função			
Formação Acadêmica			
Tempo de Serviço			

1 – Você considera que os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), estabelecem a sexualidade como tema integrado que deve permear todo o corpo pedagógico por meio das diversas disciplinas, através de propostas?

() sim () não

Por que?

2 – Diante da Educação Sexual, você considera que os educadores estão preparados para ajudar os alunos perante um problema relacionado com o tema da sexualidade?

() sim () não

Por que?

3 – No que se refere a orientação sexual na escola, a Coordenação Pedagógica tem se preparado para trabalhar tabus e mitos, as quais são considerados apenas da maneira biológica, enfatizando a anatomia e o funcionamento do sistema reprodutor do homem e da mulher em relação às doenças sexualmente transmissíveis (DST's)

() sim () não

Por que?

4 – A coordenação pedagógica considera que a escola está preparada para trabalhar a orientação sexual no seu ambiente escolar?

() sim () não

Por que?

5 – Você considera que para a escola trabalhar a questão da sexualidade é necessário a participação da família para o sucesso do desenvolvimento do ensino aprendizagem do aluno?

() sim () não

Por que?

Questionário III

Público Alvo: Professor (a)

I – DADOS PESSOAIS

Nome			
Idade		Sexo	
Função			
Formação Acadêmica			
Tempo de Serviço			

1 – Você enquanto profissional da educação se sente preparado para atuar junto aos educandos sobre sexualidade em sala de aula?

() sim () não

Por que?

2 – Você em sua sala de aula já abordou sobre a importância do uso do preservativo com os alunos no combate a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS)?

() sim () não

Por que?

3 – Você considera que a orientação sexual deve fazer parte da formação do aluno como tema transversal em sala de aula?

() sim () não

Por que?

4 – O tema sobre orientação sexual para ser desenvolvidos em sala de aula é necessário que o professor receba uma capacitação antes de atuar, junto aos educando?

() sim () não

Por que?

5 – Enquanto educador, você considera que a sexualidade é um tema “polêmico”, mas necessário para se trabalhar nas escolas?

() sim () não

Por que?

APENDICE A

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, na condição de entrevistado, autorizo a utilização da pesquisa denominada “**ORIENTAÇÃO SEXUAL: Concepções e práticas pedagógicas dos docentes da Escola Municipal Gleba Pernambuco em Inhangapí-PA**”, realizada no dia _____, na Escola Municipal Gleba Pernambuco, somente com o intuito de construção acadêmica, que dará suporte ao trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia – UFPA, da acadêmica: Monica Maciel Cerqueira.

Por concordar em agir de acordo com todo o aparato legal que sustenta a ética, preservando a identidade pessoal e profissional do entrevistado, estabelecendo que ao se utilizar das entrevistas a acadêmica reserve o nome do entrevistado, este termo segue abaixo assinado por mim acadêmica.

Inhangapí-Pa, ____/____/_____.

Entrevistado (a)

Acadêmica

APENDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO

Pelo presente instrumento, eu _____, declaro para os devidos fins, que disponho-me a realizar a entrevista proposta pela acadêmica Monica Maciel Cerqueira, assim como colaborar com quaisquer informação necessária, para a realização da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso da mesma.

Estando de acordo, abaixo assino.

Entrevistado (a)

Inhangapí-Pa, ____/____/____.